

Praça dos Três Poderes, nº.: 1000 – Jardim Marabá – CEP: 18.213-545
______ ESTADO DE SÃO PAULO ______

COMPROVANTE RETIRADA DE EDITAL

	RE	TIRADA DE EDITA	AL .
EMPRESA:			
CIDADE:			ESTADO:
	e-		
MOD	ALIDADE: PREGÃ() PRESENCIAL RE	ETIFICADO N.º 209/2014
	ÇÃO DE UNIFORM NICIPAL DE EDUCA		RA O SETOR DE MANUTENÇÃO – GISTRO)
convocatório da licita Visando à comunica	ação acima identificad ação futura entre est	da. ta Prefeitura e sua e	r nesta data, cópia do instrumento empresa, solicitamos a Vossa Senhoria de Licitação, por meio de fax (15) 3376-
•	egao@itapetininga.sp		•
comunicação, por m	neio de fax ou e-mail catório, bem como	il, de eventuais escla	de Itapetininga da responsabilidade da arecimentos e retificações ocorridas no nformações adicionais, não cabendo
<u>Local</u> :	;	,de	de 2014.
Nome por I	Extenso:		
<u>RG.</u>	<u>n.º;</u>	ASSINATURA	
			•



Praça dos Três Poderes, nº.: 1000 – Jardim Marabá – CEP: 18.213-545 ESTADO DE SÃO PAULO

EDITAL DE PREGÃO (PRESENCIAL) N.º 209/2014

PROCESSO N.º 343/2014

TIPO DA LICITAÇÃO: MENOR PREÇO POR ITEM

DATA DA REALIZAÇÃO: dia 19.12.2014 às 09h00min

LOCAL: SALA DA CPL - I

OBJETO: AQUISIÇÃO DE UNIFORMES DE E.P.I. PARA O SETOR DE MANUTENÇÃO -

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (SISTEMA DE REGISTRO).

PREÂMBULO

O Exmo. Sr. Luis Antonio Di Fiori Fiores Costa, Prefeito Municipal, torna público que se acha aberta, nesta unidade, a licitação na modalidade PREGÃO (presencial), do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, objetivando a **AQUISIÇÃO DE UNIFORMES DE E.P.I. PARA O SETOR DE MANUTENÇÃO** – **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (SISTEMA DE REGISTRO),** conforme especificação do Anexo I, que será regida pela Lei Federal n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal n.º 1.006 de 29 de janeiro de 2013 e Decreto Municipal nº. 1050 de 04 de junho de 2013, aplicando-se subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie.

Esta licitação atende requisição de compras de n.º: 8951 da Secretaria Municipal de Educação - Processo Administrativo n.º: 343/2014 - Protocolo n.º:33.656/1/2014.

As propostas deverão obedecer às especificações deste instrumento convocatório e anexos, que dele fazem parte integrante.

O Edital completo e seus anexos poderão ser obtidos no mesmo endereço abaixo, estando o edital e anexos disponíveis no site da Prefeitura Municipal (www.itapetininga.sp.gov.br).

Os envelopes contendo a proposta e os documentos de habilitação serão recebidos no endereço abaixo mencionado, na sessão pública de processamento do Pregão, após o credenciamento dos interessados que se apresentarem para participar do certame.

A sessão de processamento do Pregão será realizada na data de 19 **de dezembro de 2014 às 09:00h**, na sala da **Comissão Permanente de Licitações - CPL - I**, localizada na Praça dos Três Poderes, n.º 1.000, em Itapetininga (SP), e será conduzida pelo Pregoeiro com o auxílio da Equipe de Apoio, designados nos autos do processo em epígrafe.



Praça dos Três Poderes, nº.: 1000 – Jardim Marabá – CEP: 18.213-545 ESTADO DE SÃO PAULO

I - DO OBJETO

1.1 - A presente licitação tem por objeto a AQUISIÇÃO DE UNIFORMES DE E.P.I. PARA O SETOR DE MANUTENÇÃO – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (SISTEMA DE REGISTRO), conforme especificações constantes do Anexo I.

II - DA JUSTIFICATIVA

2.1 – AQUISIÇÃO DE UNIFORMES DE E.P.I. PARA OS FUNCIONÁRIOS DO SETOR DE MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

III - DA PARTICIPAÇÃO

- 3.1 Pessoas Jurídicas que atuem em ramo de atividade compatível com o objeto licitado e que atendam a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste Instrumento Convocatório e seus anexos;
- 3.2 Pessoas Jurídicas que se enquadrem na definição de prestadores de serviços do objeto da presente licitação;
- 3.3 Em se tratando de empresas ou sociedades estrangeiras em funcionamento no país, aquelas que apresentem as exigências de habilitação mediante documentos equivalentes, autenticados pelos respectivos consulados e traduzidos por tradutor juramentado, sendo representadas por procurador residente e domiciliado no País, com poderes para receber citação, intimação e responder administrativa e judicialmente por seus atos;
- 3.4 Não poderão participar desta licitação:
- 3.4.1 Pessoas Jurídicas que estejam suspensas de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de Itapetininga e/ou foram declaradas inidôneas por qualquer órgão da Administração Pública.
 - 3.4.2 Pessoas Jurídicas que se encontrem sob o regime falimentar.
 - 3.4.3 Empresas estrangeiras que não funcionem no País.
 - 3.4.4 Consórcios ou grupo de empresas.

IV - DO CREDENCIAMENTO

- 4.1 Para o credenciamento deverão ser apresentados os seguintes documentos:
- a) tratando-se de representante legal, o Estatuto Social, Contrato Social ou outro instrumento de registro comercial, registrado na Junta Comercial, devidamente autenticado, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;
- b) tratando-se de procurador, a procuração por instrumento público ou particular, da qual constem poderes específicos para formular lances, negociar preço, interpor recursos e desistir de sua interposição e



Praça dos Três Poderes, nº.: 1000 – Jardim Marabá – CEP: 18.213-545 ESTADO DE SÃO PAULO

praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, acompanhado do correspondente documento, dentre os indicados na alínea "a", que comprove os poderes do mandante para a outorga (Anexo VI).

- 4.2 O representante legal e o procurador deverão identificar-se exibindo documento oficial de identificação que contenha foto.
- 4.3 Será admitido apenas 01 (um) representante para cada licitante credenciada, sendo que cada um deles poderá representar apenas uma credenciada.
- 4.4 A ausência do Credenciado, em qualquer momento da sessão, importará a imediata exclusão da licitante por ele representada, salvo autorização expressa do Pregoeiro.

V - DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DA DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO, DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 5.1 A declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação de acordo com modelo estabelecido no Anexo II deverá ser apresentada **FORA** do Envelope n.º 01 (Proposta), junto ao credenciamento.
- 5.2 A declaração de microempresas ou empresas de pequeno porte visando ao exercício da preferência prevista na Lei Complementar nº. 123/06, que deverá ser feita de acordo com o modelo estabelecido no Anexo V deste Edital, e apresentada **FORA** do envelope nº. 01 (Proposta), junto ao credenciamento.
- 5.3 A proposta e os documentos para habilitação deverão ser apresentados, separadamente, em 2 (dois) envelopes não transparentes, fechados e indevassáveis, contendo em sua parte externa, a identificação da licitante, e os seguintes dizeres:

ENVELOPE N°. 01	ENVELOPE N°. 02
COMISSÃO PERMANENTE DE	COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
LICITAÇÃO	PREGÃO PRESENCIAL Nº. 209/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 209/2014	PROCESSO N°. 343/2014
PROCESSO N°. 343/2014	"DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO"
"PROPOSTA COMERCIAL"	

VI - DO CONTEÚDO DO ENVELOPE "PROPOSTA"

- 6.1 A proposta, nos termos do item 5.3 da cláusula V, deverá ser apresentada datilografada ou digitada, respeitado o vernáculo, sem emendas nem rasuras; ao final ser identificada e assinada pelo representante legal da licitante ou pelo procurador, devendo conter:
- 6.1.1 item, (compatível com o objeto descrito), identificação, inclusive a marca; preços unitários e totais, líquidos, expressos em moeda nacional corrente, por item, CIF-ITAPETININGA/SP, entregues na forma da cláusula XII deste Edital, inclusive descarga, conforme determinado no pedido. Nos preços propostos deverão estar incluídos, além do lucro, todas as despesas e custos, como por exemplo: transportes,



Praça dos Três Poderes, nº.: 1000 – Jardim Marabá – CEP: 18.213-545 ESTADO DE SÃO PAULO

tributos de qualquer natureza, encargos sociais, previdenciários, trabalhistas e todas as despesas, diretas ou indiretas, relacionadas com o serviço do objeto da presente licitação;

- 6.1.2 prazo de validade da proposta, o qual não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias contados da data de encerramento da licitação.
- 6.2 Depois de aberta, a proposta se acha vinculada ao processo pelo seu prazo de validade, não sendo permitida sua retirada ou a desistência de participação por parte do proponente.
- 6.3 Apresentada a proposta, o proponente estará automaticamente aceitando e se sujeitando às cláusulas e condições do presente Edital.
- 6.4 Se por falha do proponente a proposta não indicar o prazo de sua validade, esta será considerada válida por 60 (sessenta) dias independentemente de qualquer outra manifestação.
- 6.5 O envelope da proposta deverá observar todas as exigências referidas no Anexo I.
- 6.6 Somente serão aceitas as propostas que apresentarem seus preços com 02 (dois) dígitos após a vírgula, sendo que, as que constarem seus valores com 03 (três) dígitos, ou mais, o último será desconsiderado.
- 6.7 TENDO EM VISTA A GRANDE QUANTIDADE DE ITENS CONSTANTES DO OBJETO DO PRESENTE PREGÃO E A FIM DE FACILITAR E AGILIZAR O ANDAMENTO DOS TRABALHOS, BEM COMO IMPRIMIR MAIOR RAPIDEZ NO DESENROLAR DA OFERTA DE LANCES, SOLICITAMOS ÀS LICITANTES QUE, SE POSSÍVEL, JUNTAMENTE COM SUA PROPOSTA ESCRITA APRESENTEM ARQUIVO ELETRÔNICO EM CD OU OUTRA MÍDIA ELETRÔNICA, CONTENDO CÓPIA DA MESMA NO MESMO FORMATO ENVIADO, PREENCHENDO O CAMPO DESTINADO AO CNPJ DA EMPRESA COM (.), (-) E (/), NO SEGUINTE MODELO: 00.000.000/0000-00, SENDO O REFERIDO CD OU MÍDIA DEVOLVIDO AO REPRESENTANTE DA EMPRESA PRESENTE NA SESSÃO DE PROCESSAMENTO.
- 6.7.1 O modelo de planilha eletrônica de propostas, segue em anexo a este edital, para que os licitantes proponentes possam preencher o valor unitário e total, assim como a marca de cada item ofertado.
- 6.7.2 Eventuais divergências entre a proposta constante do arquivo eletrônico e a apresentada na forma do item 6.1, será considerada válida a proposta escrita na forma do item 6.1.

VII - DO CONTEÚDO DO ENVELOPE "DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO"

7.1 - O Envelope "Documentos de Habilitação", nos termos do item 5.3 da cláusula V, deverá conter os documentos a seguir:

7.1.1 - HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a) Registro comercial, no caso de *empresa individual*;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou Contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de <u>sociedades comerciais</u>;
- c) Documentos de eleição dos atuais administradores, tratando-se de <u>sociedades por ações</u>, acompanhados da documentação mencionada na alínea "b", deste subitem;
- d) Ato constitutivo devidamente registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de *sociedades civis*, *acompanhado de prova da diretoria em exercício*;



Praça dos Três Poderes, nº.: 1000 – Jardim Marabá – CEP: 18.213-545 ESTADO DE SÃO PAULO

- e) Decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, tratando-se de *empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país*, quando a atividade assim o exigir.
- 7.1.1.1 Os documentos relacionados nas alíneas "a" a "d" deste subitem 7.1.1 não precisarão constar do Envelope "Documentos de Habilitação", se tiverem sido apresentados para o credenciamento neste Pregão.

7.1.2 - REGULARIDADE FISCAL

- 7.1.2.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- 7.1.2.2 Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e/ou Municipal, se houver relativo à sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;
- 7.1.2.3 Prova de regularidade para com as Fazendas Federal e Estadual, do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente na forma da lei, mediante a apresentação das seguintes certidões:
- 7.1.2.3.1 Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa, relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal;
- 7.1.2.3.2 Prova de regularidade em relação aos Tributos e Contribuições Estadual relativa ao domicílio ou sede do licitante.
- 7.1.2.3.3 Prova de regularidade perante o Sistema de Seguridade Social INSS mediante a apresentação da CND Certidão Negativa de Débito ou CPD-EN Certidão Positiva de Débito com Efeitos de Negativa;
- 7.1.2.3.4 Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), por meio da apresentação do CRF Certificado de Regularidade do FGTS;
- 7.1.2.3.5 Prova de regularidade perante o Ministério do Trabalho mediante a apresentação da CND Certidão Negativa de Débito ou CPD-EN Certidão Positiva de Débito com Efeitos de Negativa;
- 7.1.2.4 A comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de **assinatura do Termo de Ata de Registro de Preços**;
- 7.1.2.5 O proponente que desejar fazer uso do direito da Lei Complementar nº. 123 de 14 de dezembro de 2006, que trata de **MICROEMPRESA e EMPRESA DE PEQUENO PORTE**, deverá apresentar a **DECLARAÇÃO** que se enquadra na citada lei, conforme modelo contido no ANEXO V.
- 7.1.2.6 As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação neste certame, deverão apresentar toda a documentação exigida para fins de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição;
- 7.1.2.7 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de **02** (dois) dias úteis, a contar da publicação da homologação do certame, prorrogáveis por igual período, a



Praça dos Três Poderes, nº.: 1000 – Jardim Marabá – CEP: 18.213-545 ESTADO DE SÃO PAULO

critério deste Ente, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas, com efeito, de certidão negativa;

- 7.1.2.8 A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem anterior, implicará na **decadência do direito à contratação**, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, procedendo-se à convocação dos licitantes para, em sessão pública, retomar os atos referentes ao procedimento licitatório, nos termos do art. 4°, inciso XXIII, da Lei 10.520/02.
- 7.1.2.9 Em virtude das disposições contidas no art. 430 do Código Tributário Municipal a proponente deverá apresentar declaração que não possui débitos tributos e multas com os cofres públicos municipais, conforme modelo (Anexo VII).

7.1.3 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

7.1.3.1 - Certidão Negativa de Falência ou Concordata, expedida pelo distribuidor da sede da licitante, com data de expedição não superior a 90 (noventa) dias, contados da data de apresentação da proposta.

7.1.4 - OUTRAS COMPROVAÇÕES

- 7.1.4.1 Declaração de que inexiste qualquer fato impeditivo à sua participação na licitação, que não foi declarada inidônea e não está impedida de contratar com o Poder Público, ou suspensa de contratar com a Administração e que se compromete a comunicar ocorrência de fatos supervenientes (Anexo III);
- 7.1.4.2 Declaração que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos (Anexo IV);
 - 7.1.4.3 Declaração de Atendimento das Condições e Exigências do Edital (Anexo VIII).
- 7.1.4.4 Declaração da proponente de que possui disponibilidade do produto ofertado (Anexo IX).

7.2 - DISPOSIÇÕES GERAIS DA HABILITAÇÃO

- 7.2.1 A documentação exigida poderá ser apresentada no original ou através de impresso informatizado obtido via Internet com data de expedição não anterior a 90 (noventa) dias da data de encerramento da licitação se outro prazo de validade não constar dos documentos, exceto para o documento solicitado no item 8.1.3.1 deste Edital;
- 7.2.1.1 A documentação também poderá ser apresentada através de cópia, produzida por qualquer processo de reprodução, autenticada por cartório competente;
- 7.2.1.1.1 As autenticações poderão também ser feitas pelo Pregoeiro ou Membro da Equipe de Apoio, nos termos do artigo 32 da Lei n.º 8.666/93, no ato de abertura do envelope respectivo desde que referidas cópias se façam acompanhar dos documentos originais, sendo esses últimos devolvidos após a autenticação requerida ao representante legal presente. 7.2.2 São facultadas as licitantes a



Praça dos Três Poderes, nº.: 1000 – Jardim Marabá – CEP: 18.213-545 ESTADO DE SÃO PAULO

substituição dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, salvo aqueles abaixo excetuados pelo Certificado de Registro Cadastral - CRC, expedido por qualquer Órgão Público, desde que em plena validade, e com a qualificação pertinente ao seu ramo de atividade compatível com o objeto do certame;

- 7.2.2 São facultadas as licitantes a substituição dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, salvo aqueles abaixo excetuados pelo Certificado de Registro Cadastral CRC, expedido por qualquer Órgão Público, desde que em plena validade, e com a qualificação pertinente ao seu ramo de atividade compatível com o objeto do certame;
- 7.2.2.1 para sua aceitação, o Certificado de Registro Cadastral deverá ter sido expedido com observância dos artigos 28 aos 31 da Lei n.º 8666/93.
- 7.2.2.2 O Certificado de Registro Cadastral não substitui os documentos relacionados nos subitens 7.1.2.3; 7.1.2.3.1; 7.1.2.3.2; 7.1.2.3.3; 7.1.2.3.4; 7.1.2.3.5; 7.1.2.5; 7.1.3.1; 7.1.4.1; 7.1.4.2; 7.1.4.3; 7.1.4.4 devendo ser apresentados por todos os licitantes.
- 7.2.3 Todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome da licitante, com o número do CNPJ, devendo ser observado o seguinte:
- 7.2.3.1 se a licitante for a **matriz**, todos os documentos deverão estar em seu nome, com o respectivo número do CNPJ;
- 7.2.3.2 se a licitante for a <u>filial</u>, todos os documentos deverão estar em seu nome, com o respectivo número do CNPJ, exceto aqueles que, pela própria natureza, forem comprovadamente emitidos apenas em nome da <u>matriz</u>;
- 7.2.3.3 se a licitante for a <u>matriz</u> e o fornecedor do bem ou prestadora dos serviços for a <u>filial</u>, os documentos deverão ser apresentados com o número de CNPJ da <u>matriz</u> e da <u>filial</u> simultaneamente.

VIII - DO PROCEDIMENTO E DO JULGAMENTO

- 8.1 No horário e local indicados no preâmbulo, será aberta a sessão de processamento do Pregão, iniciandose com o credenciamento dos interessados em participar do certame, com duração mínima de 10 (dez) minutos.
- 8.2 Após os respectivos credenciamentos as licitantes entregarão ao Pregoeiro a declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação, de acordo com o estabelecido no Anexo II do Edital e em envelopes separados a proposta de preços e os documentos de habilitação.
- 8.2.1 Iniciada a abertura do primeiro envelope proposta estará encerrado o credenciamento e, por consequência, a possibilidade de admissão de novos participantes no certame.
- 8.2.2 Os envelopes contendo a documentação relativa à habilitação das licitantes ficarão em poder do Pregoeiro e da Equipe de Apoio, sendo devolvidos às licitantes desclassificadas, mediante pedido escrito, após a assinatura do Termo de Ata de Registro de Preços ou efetivo cumprimento da obrigação pela proponente adjudicatária.



Praça dos Três Poderes, nº.: 1000 – Jardim Marabá – CEP: 18.213-545 ESTADO DE SÃO PAULO

8.3 - A análise das propostas pelo Pregoeiro visará ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, sendo desclassificadas as propostas:

- a) cujo objeto não atenda as especificações, prazos e condições fixados no Edital;
- b) que deixe de apresentar qualquer dos documentos solicitados neste Edital;
- c) que apresentem preço baseado exclusivamente em proposta das demais licitantes.
- 8.3.1 No tocante aos preços, as propostas serão verificadas quanto à exatidão das operações aritméticas que conduziram ao valor total orçado, procedendo-se às correções no caso de eventuais erros, tomando-se como corretos os preços unitários. As correções efetuadas serão consideradas para apuração do valor da proposta.
 - 8.3.2 Serão desconsideradas ofertas ou vantagens baseadas nas propostas das demais licitantes.
- 8.4 As propostas não desclassificadas serão selecionadas para a etapa de lances, com observância dos seguintes critérios:
- a) seleção da proposta de menor preço e das demais com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela;
- b) não havendo pelo menos 3 (três) preços na condição definida na alínea anterior, serão selecionadas as propostas que apresentarem os menores preços até o máximo de 3 (três). No caso de empate nos preços, serão admitidas todas as propostas empatadas, independentemente do número de licitantes.
 - 8.4.1 Para efeito de seleção será considerado o menor preço por item.
- 8.5 O Pregoeiro convidará individualmente os autores das propostas selecionadas a formular lances de forma sequencial, a partir do autor da proposta de maior preço e os demais em ordem decrescente de valor, decidindo-se por meio de sorteio no caso de empate de preços.
- 8.5.1 A licitante sorteada em primeiro lugar poderá escolher a posição na ordenação de lances em relação aos demais empatados e assim sucessivamente até a definição completa da ordem de lances.
- 8.6 A etapa de lances será considerada encerrada quando todos os participantes dessa etapa declinarem da formulação de lances.
- 8.6.1. Havendo empate, será assegurada a preferência de contratação para microempresas e empresas de pequeno porte.
- 8.6.2 Entende-se por empate as situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superior ao melhor preço.
- 8.7 Encerrada a etapa de lances, serão classificadas as propostas selecionadas e não selecionadas para a etapa de lances, na ordem crescente dos valores, considerando-se para as selecionadas o último preço ofertado.
- 8.7.1 A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.



Praça dos Três Poderes, nº.: 1000 – Jardim Marabá – CEP: 18.213-545 ESTADO DE SÃO PAULO

8.8 - O Pregoeiro poderá negociar com o autor da oferta de menor valor com vistas à redução do preço.

8.9 - Após a negociação, se houver o Pregoeiro examinará a aceitabilidade do menor preço, decidindo

motivadamente a respeito.

8.9.1 - A aceitabilidade será aferida a partir dos preços de mercado vigentes na data da apresentação

das propostas, apurados mediante pesquisa realizada pelo órgão licitante, que será juntada aos autos por

ocasião do julgamento.

8.10 - Considerada aceitável a oferta de menor preço, será aberto o envelope contendo os documentos de

habilitação de seu autor.

8.11 - Eventuais falhas, omissões ou outras irregularidades nos documentos de habilitação passíveis de

obtenção por meio eletrônico poderão ser saneadas na sessão pública de processamento do Pregão, até a

decisão sobre a habilitação, mediante verificação efetuada por meio eletrônico hábil de informações.

8.11.1 - A verificação será certificada pelo Pregoeiro e deverão ser anexados aos autos os

documentos passíveis de obtenção por meio eletrônico, salvo impossibilidade devidamente justificada.

8.11.2 - A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios

eletrônicos, no momento da verificação. Ocorrendo essa indisponibilidade e não sendo apresentados os

documentos alcançados pela verificação, a licitante será inabilitada.

8.12 - Para aferir o exato cumprimento das condições estabelecidas no item 7.2.2 e subitens da Cláusula VII

o Pregoeiro, se necessário, diligenciará junto ao Órgão emissor do Certificado de Registro Cadastral

apresentado.

8.13 - Constatado o atendimento dos requisitos de habilitação previstos neste Edital, a licitante será

habilitada e declarada vencedora do certame.

8.14 - Se a oferta não for aceitável ou se a licitante desatender as exigências para a habilitação, o Pregoeiro

examinará a oferta subsequente de menor preço, negociará com o seu autor, decidirá sobre a sua

aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e assim sucessivamente, até a

apuração de uma oferta aceitável cujo autor atenda os requisitos de habilitação, caso em que será declarado

vencedor.

IX - DO RECURSO, DA ADJUDICAÇÃO, DA HOMOLOGAÇÃO E DO REGISTRO DE PREÇOS

9.1 - No final da sessão, a licitante que quiser recorrer deverá manifestar imediata e motivadamente a sua

intenção, abrindo-se então o prazo de 3 (três) dias para apresentação de memoriais ficando as demais

licitantes desde logo intimadas para apresentar contrarrazões em igual número de dias que começarão a

correr no término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

9.2 - A ausência de manifestação imediata e motivada da licitante importará: a decadência do direito de

recurso, a adjudicação do objeto do certame pelo Pregoeiro à licitante vencedora e o encaminhamento do

processo à autoridade competente para a homologação.

Pregão Presencial nº 209/2014 - Página 10



Praça dos Três Poderes, nº.: 1000 – Jardim Marabá – CEP: 18.213-545 ESTADO DE SÃO PAULO

- 9.3 Interposto o recurso, o Pregoeiro poderá reconsiderar a sua decisão ou encaminhá-lo devidamente informando à autoridade competente.
- 9.4 Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto do certame à licitante vencedora e homologará o procedimento.
- 9.5 O recurso terá efeito suspensivo para o item respectivo e o seu acolhimento importará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 9.6 A adjudicação será feita menor preço por item
- 9.7 Nos eventuais recursos a Recorrente deverá observar o seguinte:
 - 9.7.1 somente serão válidos os documentos originais;
- 9.7.2 quando encaminhados via FAC-SÍMILE ou CORREIO ELETRÔNICO, as razões do recurso serão válidas por até 48 (quarenta e oito) horas, tempo que o interessado deverá protocolar os memoriais originais junto à Prefeitura Municipal de Itapetininga;
- 9.7.3 as razões deverão ser protocoladas no Setor de Protocolo, na Praça dos Três Poderes nº 1.000 Jardim Marabá, Térreo, Itapetininga (SP);
 - 9.7.4 não protocolando na forma definida, o Pregoeiro não apreciará o teor dos citados memoriais.
- 9.8 Homologado o certame a vencedora será notificada via fax, ou correspondência (AR) ou correio eletrônico (e-mail institucional), ou em Publicação no Diário Oficial do Estado a critério da Administração, para que a empresa compareça para assinar o contrato munido de toda documentação exigida para fins de assinatura do instrumento Termo de Ata de Registro de Preços, munida de toda documentação exigida para fins de assinatura do instrumento no prazo de 05 (cinco) dias corridos a contar:
 - a) no caso de envio via fax a contar da data do comprovante de envio de fax.
 - b) no caso de correspondência a contar da data de recebimento do AR pelo destinatário.
 - c) no caso de publicação em Diário Oficial do Estado a contar da publicação.
 - d) no caso de correio eletrônico a contar da data do envio de e-mail.

X – DO TERMO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 10.1 O Sistema de Registro de Preços não gera direito à contratação. Havendo interesse do Órgão Gerenciador em contratar serviços ou produtos para cada fornecimento será assinado um contrato (Anexo XI) entre o licitante que tenha firmado a Ata de Registro de Preços e o Órgão Gerenciador, com a emissão da respectiva Nota de Empenho.
- 10.2 Após a regular convocação por parte do Órgão Gerenciador, a(s) adjudicatária(s) terá (ão) o prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis para assinar o Contrato, podendo ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela parte, desde que ocorra motivo justificado, aceito pela Administração Pública.
- 10.2.1 A Detentora da Ata de Registro de Preços será notificada via fax, ou correspondência (AR) ou correio eletrônico (e-mail institucional), ou em Publicação no Diário Oficial do Estado a critério da



Praça dos Três Poderes, nº.: 1000 – Jardim Marabá – CEP: 18.213-545 ESTADO DE SÃO PAULO

Administração, para que a empresa compareça para assinar o Termo de Contrato no prazo de 05 (cinco) dias corridos a contar:

- a) no caso de envio via fax a contar da data do comprovante de envio de fax.
- b) no caso de correspondência a contar da data de recebimento do AR pelo destinatário.
- c) no caso de publicação em Diário Oficial do Estado a contar da publicação.
- d) no caso de correio eletrônico a contar da data do envio do e-mail.
- 10.3 O não atendimento no prazo previsto no subitem 09.8 ou a recusa em assinar o Contrato pela(s) adjudicatária(s) implicará na perda do direito a contratação e na aplicação das sanções previstas no Edital e seus anexos.

XII - DOS PRAZOS, DAS CONDIÇÕES E DO LOCAL DE ENTREGA DO OBJETO DA LICITAÇÃO

- 12.1 A entrega dos produtos objeto do ANEXO I, será, obedecido o cronograma de consumo, de acordo com as necessidades da Secretaria requisitante, após a prévia, autorização requisitória, por escrito e com <u>o</u> <u>autorizo</u> do Secretário ou responsável indicado para este fim, devendo ser entregue **dentro do prazo de 15** (quinze) dias a contar da solicitação, devendo os materiais ser entregues em ótimas condições.
- 12.1.1 O prazo de vigência do Registro de Preços será **de 12 (doze) meses**, contados a partir da data da sua assinatura.
- 12.1.1.1 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Órgão Gerenciador não será obrigado a firmar as aquisições que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.
- 12.2 A programação indicando quantidade, local e horário para entrega dos materiais serão efetuados pela Secretaria, através do gestor responsável indicado para este fim.
- 12.3 Constatada qualquer irregularidade na entrega dos materiais, a Detentora da Ata de Registro de Preços, obrigar-se-á a trocá-los **no prazo de 15 (quinze) dias,** sob pena de sujeitar-se a aplicação das multas ou rescisão do Registro de Preços nos termos legais.
- 12.4 O Órgão Gerenciador rejeitará, no todo ou em parte o produto que estiver em desacordo com o Edital.
- 12.5 A Detentora da Ata de Registro de Preços se compromete a prestar os serviços com prioridade de atendimento tendo em vista o interesse público.
- 12.6 O controle de qualidade será realizado de acordo com a variedade, peso, e demais características do produto, sendo que em caso de não corresponder às exigências mencionadas, o material será devolvido, ficando a empresa fornecedora sujeita a substituí-lo **no prazo de 15 (quinze) dias** independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.



Praça dos Três Poderes, nº.: 1000 – Jardim Marabá – CEP: 18.213-545 ESTADO DE SÃO PAULO

12.7 - Poderão ser realizadas análises específicas em laboratório oficial ou particular para verificação da qualidade do produto e as despesas correrão por conta da Detentora da Ata de Registro de Preços, conforme art. 75 da Lei 8.666/93.

- 12.8 Os materiais que serão entregues pela **DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS** deverão ser idênticos às especificações contidas no Edital e em sua proposta. Caso o produto não corresponda às especificações exigidas, será rejeitado e poderá ser admitida uma substituição, desde que o **imediatamente** contados do recebimento da Nota de Empenho não se tenha esgotado e a Detentora da Ata de Registro de Preços possa fornecer, frise-se, dentro do restante do prazo. Nesta hipótese de substituição, caso seja realizada dentro do prazo de entrega inicial ainda não esgotado, não será aplicada a penalidade; se realizada após, findo aquele prazo, o produto poderá ser aceito, entretanto, será apurada a aplicação das multas cabíveis.
- 12.9 A cada solicitação a licitante vencedora deverá entregar na respectiva Secretaria, juntamente com a Nota Fiscal o recibo de entrega assinado pelo gestor responsável **indicado pela Secretaria**, na data limite para a entrega dos materiais.
- 12.10 Eventuais atrasos na entrega dos produtos deverão ser justificados por escrito pela Detentora da Ata de Registro de Preços cabendo à Administração avaliar as razões externadas pela Detentora da Ata, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste Edital.
- 12.11 Deverão ser observadas todas as condições e exigências referidas no Anexo I do Edital.

XIII - DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DO FORNECIMENTO

- 13.1 O prazo de validade do registro de preços será de 12 (doze) meses, contado a partir da data da publicação da respectiva Ata de Registro de Preços.
- 13.2 O fornecimento do material será efetuado havendo interesse do Órgão Gerenciador mediante a assinatura de um contrato (Anexo XI) a cada fornecimento entre o licitante que tenha firmado a Ata de Registro de Preços e o Órgão Gerenciador, com a emissão da respectiva Nota de Empenho.
- 13.3 Os produtos deverão ser entregues de acordo com a programação indicando quantidade, local e horário definida pelo gestor responsável indicado pela respectiva Secretaria, conforme o recebimento da Ordem de Fornecimento expedida pelo Departamento de Gestão de Suprimentos e Contratos.
- 13.4 Durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, sua detentora, fica obrigada a fornecer os materiais ofertados, nas quantidades indicadas pelo Departamento de Gestão de Suprimentos e Contratos, em cada "Ordem de Fornecimento".
- 13.5 O Órgão Gerenciador não está obrigado a adquirir uma quantidade mínima dos materiais, ficando a seu exclusivo critério a definição da quantidade e do momento de aquisição.
- 13.5.1 Os quantitativos totais expressos no Anexo I Especificações técnicas são estimativos e representam as previsões da Secretaria de Educaçãopara as compras durante o período de 12 (doze) meses.



Praça dos Três Poderes, nº.: 1000 – Jardim Marabá – CEP: 18.213-545 ESTADO DE SÃO PAULO

13.6 - A existência do preço registrado não obriga o Órgão Gerenciador firmar as contratações que dele poderão advir, facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação vigente, sendo assegurado à detentora da Ata de Registro de Preços preferência em igualdade de condições.

- 13.7 O material será rejeitado na hipótese de o mesmo não corresponder às especificações da Ata de Registro de Preços, devendo ser substituído **pelo prazo de 15 (quinze) dias** contadas da notificação, pela empresa detentora da Ata de Registro de Preços.
- 13.8 Constituem motivos para o cancelamento da Ata de Registro de Preços as situações referidas nos artigos 77 e 78 da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e artigos 16 ao 20 do Decreto Municipal nº. 1.050 de 04 de junho de 2013.
- 13.9 Os preços registrados obrigam os proponentes e poderão, justificadamente, ser objeto de reequilíbrio econômico financeiro, para menos ou para mais.
- 13.10 Independentemente de solicitação dos detentores, a Administração poderá convocar o licitante vencedor, após a assinatura do Termo de Ata de Registro de Preços, para negociar a redução dos preços visando manter o mesmo objeto cotado na qualidade e especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços de mercado.
- 13.11 O licitante vencedor poderá ter ainda, a Ata de Registro de Preços cancelada, desonerando-se de compromisso ajustado, quando a critério da Administração, comprovar o desequilíbrio econômico financeiro.
- 13.11.1 A comprovação deverá ser feita acompanhada de documentos, tais como lista de preço de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, serviços e outros insumos, de transporte de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de desoneração do compromisso;
- 13.11.2 Reconhecendo o desequilíbrio econômico financeiro, a Administração poderá cancelar formalmente o registro em relação ao item;
- 13.11.3 A Administração, simultaneamente ou após a desoneração, poderá promover licitação específica para o item, bem como se utilizar de outros meios, a fim de manter os preços de acordo com os praticados no mercado.

XIV - DAS CONDIÇÕES DE SUBSTITUIÇÃO DO PRODUTO

- 14.1 O objeto da presente licitação será recebido:
- 14.1.1 Provisoriamente **no prazo de 15 (quinze) dias corridos,** para efeito de posterior verificação de sua conformidade com a especificação;
- 14.1.2 Definitivamente **no prazo de 30 (trinta) dias corridos,** após a verificação da qualidade do mesmo, em consonância com as especificações técnicas e proposta da empresa licitante vencedora, consequente aceitação.



Praça dos Três Poderes, nº.: 1000 – Jardim Marabá – CEP: 18.213-545 ESTADO DE SÃO PAULO

14.2 - Será rejeitado no recebimento, o produto fornecido com especificações diferentes das constantes no ANEXO I e da marca/procedência informada na PROPOSTA, devendo a sua substituição ocorrer na forma e prazo definidos no item 13.7 da Cláusula XIII deste Edital.

- 14.3 Constatadas irregularidades no objeto contratual, o Contratante poderá:
- a) se disser respeito à especificação, rejeição por quaisquer dos motivos elencados na cláusula anterior, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
- a.1) na hipótese de substituição, a Detentora da Ata de Registro de Preços deverá fazê-la em conformidade com a indicação da respectiva Secretaria, prazo de 15 (dias), contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado;
- b) se disser respeito à diferença de quantidade, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
- b.1) na hipótese de complementação, a Detentora da Ata de Registro de Preços deverá fazêla em conformidade com a indicação do Órgão Gerenciador, no **prazo máximo de 15 (quinze) dias**, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.

XV - DAS RESPONSABILIDADES

- 15.1 São responsabilidades da DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:
- 15.1.1 Havendo a necessidade da contratação, o cumprimento dos prazos de entrega, nas datas, condições e locais definidos, nas quantidades detentora da Ata de Registro de Preços, acrescidas se necessário;
 - 15.1.2 durante toda vigência do termo da ata, ser a responsável pela qualidade dos produtos entregues;
 - 15.1.3 o fiel cumprimento de todas as cláusulas e condições estabelecidas no presente termo.
 - 15.1.4 manter as condições de habilitação.
- 15.1.5 Os serviços deverão ser conduzidos em estrita observância com as normas da Legislação Federal, Estadual e Municipal, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos.
- 15.2 São responsabilidades do ÓRGÃO GERENCIADOR:
- 15.2.1 manter o equilíbrio econômico-financeiro do Termo de Ata de Registro de Preços, quando requerido;
- 15.2.2 pagar à DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS os valores devidos, nas datas avençadas, pautando-se no competente instrumento de contrato, sem prejuízo das disposições contidas no presente edital;
 - 15.2.3 o fiel cumprimento de todas as clausulas e condições estabelecidas no presente edital.

XV - DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO

15.1 - A licitante, que convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o Termo de Ata de Registro de Preços, deixar de apresentar a documentação necessária para sua celebração ou apresentar



Praça dos Três Poderes, nº.: 1000 – Jardim Marabá – CEP: 18.213-545 ESTADO DE SÃO PAULO

documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Termo de Ata de Registro de Preços, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste edital e no Termo de Ata de Registro de Preços e das demais cominações legais.

- 15.2 A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o Termo de Ata de Registro de Preços dentro do prazo de até 05 (cinco) dias corridos da notificação, conforme item 9.8 deste edital, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se, sem prejuízo das demais sanções previstas, em multa pecuniária de 10% (dez por cento) sobre o valor da obrigação não cumprida.
- 15.3 Pela inexecução total ou parcial das condições fixadas nesta licitação a Prefeitura poderá, garantida a defesa prévia, aplicar à DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS as seguintes sanções:
 - 15.3.1 advertência;
- 15.3.2 multa indenizatória pecuniária de até 20% (vinte por cento) sobre o valor da obrigação não cumprida;
- 15.3.3 suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos.
- 15.3.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem 16.3.3 desta Cláusula.
- 15.3.5 as sanções previstas acima poderão ser aplicadas cumulativamente, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, nos seguintes prazos:
- 15.3.5.1 das sanções estabelecidas no item 15.3, subitens 15.3.1, 15.3.2 e 15.3.3, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da intimação da DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;
- 15.3.5.2 da sanção estabelecida no item 16.3, subitem 16.3.4, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo ser requerida a reabilitação 02 (dois) anos após a aplicação da pena;
- 16.4 O atraso injustificado da entrega da compra, sem prejuízo do disposto no parágrafo primeiro do artigo 86 da Lei n.º 8.666/93, sujeitará a detentora da Ata de Registro de Preços à multa de mora, calculada na proporção de 1,00% (um por cento) ao dia, sobre o valor da obrigação não cumprida, limitado ao percentual da cláusula 16.3.2.
- 16.5 Tudo o que for fornecido incorretamente e, portanto não aceito, deverá ser substituído por outro, na especificação correta, no prazo previsto no item 12.3 deste Edital;
- 16.5.1 a não ocorrência de substituição no prazo definido, ensejará a aplicação das sanções previstas nesta Cláusula.



Praça dos Três Poderes, nº.: 1000 – Jardim Marabá – CEP: 18.213-545 ESTADO DE SÃO PAULO

16.6 - As sanções previstas nos itens 16.1, 16.2, 16.3, 16.4 e subitens poderão ser aplicadas cumulativamente de acordo com circunstâncias do caso concreto.

16.7 - O valor da multa será automaticamente descontado de pagamento a que a detentora da Ata de Registro de Preços tenha direito, originário de fornecimento anterior ou futuro;

16.7.1 - Não havendo possibilidade dessa forma de compensação, o valor da multa, atualizado, deverá ser pago pelo inadimplente mediante emissão de boleto bancário pela Secretaria de Administração e Finanças, na condição "à vista". Na ocorrência do não pagamento, o valor será cobrado judicialmente.

XVII - DA FORMA DE PAGAMENTO

- 17.1 O pagamento será realizado no prazo de até **15 dias (quinze) dias corridos**, contados da data de entrega efetiva dos materiais, mediante a apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica (vide 17.1.1) acompanhada dos respectivos RECIBOS DE ENTREGA e dos comprovantes de regularidade perante o INSS, FGTS e JUSTIÇA DO TRABALHO, sendo que os recursos financeiros serão atendidos pela dotação orçamentária vigente no orçamento do ÓRGÃO GERENCIADOR para o exercício de 2014 e as correspondentes para os exercícios futuros, as despesas decorrentes para o próximo exercício correrão por conta da dotação orçamentária, prevista na lei de orçamento, bem como no que for necessário para suportar este Termo de Ata de Registro de Preços, advindo do orçamento do exercício de 2015, e no que couber art.º 7º § 2º item III ou conforme previsto artigo 65 § 8º da lei 8.666/93 e posteriores alterações, verificada a sua disponibilidade na ocasião de cada pedido de compra.
- 17.1.1 A nota fiscal eletrônica, na prestação de serviços, fica condicionado a legislação local do emitente e referente a venda é obrigatório a emissão da nota fiscal eletrônica.
- 17.2 Não será admitida proposta com condição de pagamento diferente daquela definida no item anterior.
- 17.3 A Prefeitura não efetuará pagamento através de cobrança bancária; os pagamentos serão efetuados nas modalidades "ordem de pagamento bancária", "Correios" ou "duplicata em carteira", devendo a adjudicatária indicar o número de sua conta corrente, agência e banco correspondente.
- 17.4 Em eventuais atrasos no pagamento, quando por culpa exclusiva do Órgão Gerenciador, o valor devido será atualizado, da data do vencimento à do efetivo pagamento, pela variação percentual do IPCA Esp. IBGE Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, ou outro índice que venha substituí-lo.
- 17.5 A ausência dos documentos atualizados relativos à regularidade com a Previdência Social (INSS), com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço FGTS e JUSTIÇA DO TRABALHO, ensejará a suspensão dos pagamentos a que a detentora da Ata de Registro de Preços tenha ou venha a ter direito, até que seja normalizada a situação de regularidade havida na fase de habilitação;
- 17.5.1 na ocorrência de suspensão de pagamento aqui prevista, a detentora da Ata de Registro de Preços não fará jus a nenhum tipo de atualização monetária e, na ocorrência de bloqueio na prestação do



Praça dos Três Poderes, nº.: 1000 – Jardim Marabá – CEP: 18.213-545 ESTADO DE SÃO PAULO

serviço motivado pela falta dos pagamentos, incorrerá nas sanções previstas nos itens 16.1, 16.3 e 16.4 da Cláusula XVI deste Edital.

- 17.6 Deverão também os preços propostos englobar todas as despesas com os transportes, descargas, seguro, impostos e outras que correrão sempre por conta e risco do fornecedor devendo, portanto estar incluídas no preço do serviço cotado.
- 17.7 Não haverá reajuste em período inferior a 12 (doze) meses.
- 17.8 Para fins de pagamento a Detentora da Ata de Registro de Preços deverá observar as disposições do art. 430 do Código Tributário Municipal.

XVIII - DAS IMPUGNAÇÕES AO EDITAL

- 18.1 Até 2 (dois) dias úteis anteriores à data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do Pregão.
- 18.1.1 As petições deverão ser protocoladas junto ao Setor de Licitações, na Praça dos Três Poderes, n.º 1.000, 1º andar, Itapetininga (SP), dirigida à autoridade subscritora do Edital, que decidirá no prazo legal.
- 18.1.2 Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.
- 18.1.3 Em caso de alteração no texto do edital e de seus anexos, que afete a formulação das propostas, o prazo de divulgação será restituído na íntegra.
- 18.2 Nos eventuais atos de impugnações, o interessado deverá obedecer ao procedimento abaixo:
 - 18.2.1 somente serão válidos os documentos originais;
- 18.2.2 quando encaminhados via FAC-SÍMILE ou CORREIO ELETRÔNICO, esses documentos serão válidos por até 48 (quarenta e oito) horas, tempo que o interessado deverá protocolar os documentos originais junto à Prefeitura Municipal de Itapetininga;
- 18.2.3 os documentos deverão ser protocolados no Setor de Protocolo, na Praça dos Três Poderes, n.º 1.000, Térreo, Itapetininga (SP);
- 18.2.4 não protocolando na forma definida, o Pregoeiro não apreciará o teor dos citados documentos.

XIX - DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO

19.1 - A manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do Termo de Ata de Registro de Preços poderá ser solicitada pelas partes, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado ou ainda em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, ficando a cargo da interessada a apresentação de todo tipo de prova da ocorrência, sem o que o pedido não será aceito.



Praça dos Três Poderes, nº.: 1000 – Jardim Marabá – CEP: 18.213-545 ESTADO DE SÃO PAULO

19.2 - Caso o pagamento da parcela não seja efetuado no vencimento pela falta do documento que deveria ter sido fornecido pela Detentora da Ata de Registro de Preços e isso motivar o bloqueio na prestação do serviço, esta incorrerá na penalidade prevista na Cláusula XV, e não será paga a atualização de valor a que se refere o item 17.4 da Cláusula XVII, ambos deste Edital.

19.3 - Para que os preços estejam sempre atualizados e visando todo processamento necessário, a futura DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS se obriga em fornecer, <u>a cada ocorrência de majoração ou redução</u>, cópia do documento correspondente a ser utilizado no realinhamento dos preços. Portanto, é de responsabilidade exclusiva da DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, o fornecimento dos documentos comprobatórios dessas ocorrências.

- 19.3.1 Os preços atualizados somente poderão ser praticados após a efetiva assinatura do termo aditivo e modificativo pelas partes.
- 19.3.2 O serviço deverá ser prestado pelo preço efetivamente pactuado. No caso de a detentora da Ata de Registro de Preços solicitar o equilíbrio econômico-financeiro do Termo de Ata de Registro de Preços sobre parcelas já entregues, o mesmo não será concedido, sendo que o termo aditivo somente terá efeitos a partir de constatação do desequilíbrio.
- 19.3.3 O bloqueio no fornecimento por esta razão sujeitará a detentora da Ata de Registro de Preços às sanções contratuais e editalícias.
- 19.4 A obrigatoriedade da futura Detentora da Ata de Registro de Preços em fornecer documentos que permitirão variação dos preços contratados vigerá para todo o exercício de 2014, mesmo para períodos que possam não haver fornecimento dos produtos.

XX - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 20.1 As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre as licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.
- 20.2 De todas as sessões públicas realizadas para esta licitação será lavrada ata circunstanciada dos trabalhos, onde serão registradas as impugnações fundamentadas porventura apresentadas pelos representantes legais presentes.
- 20.2.1 As recusas ou as impossibilidades de assinaturas devem ser registradas expressamente na própria ata.
- 20.3 Todos os documentos de habilitação cujos envelopes forem abertos na sessão e as propostas serão rubricadas pelo Pregoeiro e pelos licitantes presentes que desejarem.
- 20.4 O Comunicado de Abertura de licitação, bem como resultado do presente certame será divulgado através de publicação no Diário Oficial do Estado e no Semanário Oficial de Itapetininga.
- 20.5 Os demais atos pertinentes, como intimações, comunicados e outros relativos à licitação presente, quando necessários serão formalizados através de publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo.



Praça dos Três Poderes, nº.: 1000 – Jardim Marabá – CEP: 18.213-545 ESTADO DE SÃO PAULO

20.6 - Os envelopes contendo os documentos de habilitação das demais licitantes após a celebração do contrato ou instrumento equivalente ficarão por 20 (vinte) dias correntes à disposição das licitantes interessadas. Findo este prazo, sem que sejam retirados, serão destruídos.

20.7 - Os casos omissos do presente Pregão serão solucionados pelo Pregoeiro.

20.8 - Integram o presente Edital:

Anexo I - Descrição do Objeto do Certame;

Anexo II - Modelo de Declaração de Pleno Atendimento aos Requisitos de Habilitação;

Anexo III - Modelo de Declaração de Inexistência de Fato Impeditivo;

Anexo IV - Modelo de Declaração de Regularidade para com o Ministério do Trabalho;

Anexo V - Modelo de Declaração de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte;

Anexo VI - Modelo de Procuração para Credenciamento;

Anexo VII - Declaração de Inexistência de Débitos Municipais;

Anexo VIII - Declaração de Atendimento das Condições e Exigências do Edital;

Anexo IX - Declaração de Disponibilidade;

Anexo X - Termo do Sistema de Registro de Preços.

Anexo XI - Minuta do Contrato Futuro.

Anexo XII - Termo de Ciência e Notificação para o Tribunal de Contas do Estado.

20.9 - A qualquer tempo esta licitação poderá ser anulada ou revogada, com amparo na legislação que rege o presente certame.

20.10 - Informações complementares que se fizerem necessárias deverão ser procuradas pelo interessado no Setor de Licitações, na Praça dos Três Poderes, n.º 1.000, térreo, Itapetininga (SP), telefone: (0xx15) 3376-9639/(15)3376-9608 / (15)3376-9552, quando o assunto se relacionar com os termos do presente edital na Secretaria de Educação pelos telefones: (0xx15) 3272-8972, quando o assunto se relacionar com o objeto do presente edital.

Itapetininga, 28 de novembro de 2014

WALTER DOS SANTOS JUNIOR SECRETARIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DECRETO Nº999 DE 14/01/2013



Praça dos Três Poderes, nº.: 1000 – Jardim Marabá – CEP: 18.213-545
_____ ESTADO DE SÃO PAULO _____

ANEXO I Ref.: PROCESSO N.º 343/2014 - PREGÃO PRESENCIAL N.º 209/2014 OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI'S) PARA AS EQUIPES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO(SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS).

ITEM	Qtde	Unid. Medida	DESCRIÇÃO	VALOR TOTAL ESTIMADO
1	12	UN	CALÇA PROFISSIONAL MASCULINA AZUL MARINHO - CALÇA PROFISSIONAL MASCULINA CONFECCIONADA EM TECIDO PRÉ-ENCOLHIDO, ARMAÇÃO SARJA 3/1, GRAMATURA 265 G/M², COMPOSIÇÃO 100% ALGODÃO E COR AZUL MARINHO (REF. 1008-SANTANENSE). O MODELO DA CALÇA DEVERÁ SER COM ½ ELÁSTICO NA CINTURA, 02 BOLSOS FRONTAIS, 02 BOLSOS TRASEIROS E VISTA COM ZÍPER METÁLICO DE BOA QUALIDADE. A CALÇA DEVERÁ POSSUIR ETIQUETAS CONTENDO O NOME / MARCA DO FABRICANTE DO TECIDO, TAMANHO E SUA COMPOSIÇÃO, DEVENDO O PROPONENTE FORNECER GARANTIA TOTAL DE COSTURAS, AVIAMENTOS E TECIDO. TAMANHO: 38.	R\$498,84
2	12	UN	CALÇA PROFISSIONAL MASCULINA AZUL MARINHO - CALÇA PROFISSIONAL MASCULINA CONFECCIONADA EM TECIDO PRÉ-ENCOLHIDO, ARMAÇÃO SARJA 3/1, GRAMATURA 265 G/M², COMPOSIÇÃO 100% ALGODÃO E COR AZUL MARINHO (REF. 1008-SANTANENSE). O MODELO DA CALÇA DEVERÁ SER COM ½ ELÁSTICO NA CINTURA, 02 BOLSOS FRONTAIS, 02 BOLSOS TRASEIROS E VISTA COM ZÍPER METÁLICO DE BOA QUALIDADE. A CALÇA DEVERÁ POSSUIR ETIQUETAS CONTENDO O NOME / MARCA DO FABRICANTE DO TECIDO, TAMANHO E SUA COMPOSIÇÃO, DEVENDO O PROPONENTE FORNECER GARANTIA TOTAL DE COSTURAS, AVIAMENTOS E TECIDO. TAMANHO: 40	R\$498,84
3	24	UN	CALÇA PROFISSIONAL MASCULINA AZUL MARINHO - CALÇA PROFISSIONAL MASCULINA CONFECCIONADA EM TECIDO PRÉ-ENCOLHIDO, ARMAÇÃO SARJA 3/1, GRAMATURA 265 G/M², COMPOSIÇÃO 100% ALGODÃO E COR AZUL MARINHO (REF. 1008-SANTANENSE). O MODELO DA CALÇA DEVERÁ SER COM ½ ELÁSTICO NA CINTURA, 02 BOLSOS FRONTAIS, 02 BOLSOS TRASEIROS E VISTA COM ZÍPER METÁLICO DE BOA QUALIDADE. A CALÇA DEVERÁ POSSUIR ETIQUETAS CONTENDO O NOME / MARCA DO FABRICANTE DO TECIDO, TAMANHO E SUA COMPOSIÇÃO, DEVENDO O PROPONENTE FORNECER GARANTIA TOTAL DE COSTURAS, AVIAMENTOS E TECIDO. TAMANHO: 42.	R\$997,68
4	12	UN	CALÇA PROFISSIONAL MASCULINA AZUL MARINHO- CALÇA PROFISSIONAL MASCULINA CONFECCIONADA EM TECIDO PRÉ-ENCOLHIDO, ARMAÇÃO SARJA 3/1, GRAMATURA 265 G/M², COMPOSIÇÃO 100% ALGODÃO E COR AZUL MARINHO (REF. 1008-SANTANENSE). O MODELO DA CALÇA DEVERÁ SER COM ½ ELÁSTICO NA CINTURA, 02 BOLSOS FRONTAIS, 02 BOLSOS TRASEIROS E VISTA COM ZÍPER METÁLICO DE BOA QUALIDADE. A CALÇA DEVERÁ POSSUIR ETIQUETAS CONTENDO O NOME / MARCA DO FABRICANTE DO TECIDO, TAMANHO E SUA COMPOSIÇÃO, DEVENDO O PROPONENTE FORNECER GARANTIA TOTAL DE COSTURAS, AVIAMENTOS E TECIDO. TAMANHO: 44.	R\$498,84
5	20	UN	CALÇA PROFISSIONAL MASCULINA AZUL MARINHO - CALÇA PROFISSIONAL MASCULINA CONFECCIONADA EM TECIDO PRÉ- ENCOLHIDO, ARMAÇÃO SARJA 3/1, GRAMATURA 265 G/M², COMPOSIÇÃO 100% ALGODÃO E COR AZUL MARINHO (REF. 1008- SANTANENSE). O MODELO DA CALÇA DEVERÁ SER COM ½ ELÁSTICO NA CINTURA, 02 BOLSOS FRONTAIS, 02 BOLSOS	R\$831,40



Praça dos Três Poderes, nº.: 1000 – Jardim Marabá – CEP: 18.213-545
_____ ESTADO DE SÃO PAULO _____

			TRASEIROS E VISTA COM ZÍPER METÁLICO DE BOA QUALIDADE. A CALÇA DEVERÁ POSSUIR ETIQUETAS CONTENDO O NOME / MARCA DO FABRICANTE DO TECIDO, TAMANHO E SUA COMPOSIÇÃO, DEVENDO O PROPONENTE FORNECER GARANTIA TOTAL DE COSTURAS, AVIAMENTOS E TECIDO. TAMANHO: 46.	
6	32	UN	CAMISA POLO MASCULINA CONFECCIONADA EM TECIDO DE MALHA, NA COR CINZA MESCLA, GRAMATURA 190 G/M², COMPOSIÇÃO 88% ALGODÃO E 12% POLIÉSTER. O MODELO DA CAMISA DEVERÁ SER EM MANGAS CURTAS, GOLA SANFONADA, BOTÕES INCOLORES E POSSUIR 01 BOLSO NO LADO ESQUERDO CONTENDO A GRAVAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ITAPETININGA EM SILK SCREEN. A CAMISA DEVERÁ POSSUIR ETIQUETAS CONTENDO A MARCA DO FABRICANTE, TAMANHO E SUA COMPOSIÇÃO, DEVENDO O PROPONENTE FORNECER GARANTIA TOTAL DE COSTURAS, AVIAMENTOS E TECIDO. TAMANHO: M .	R\$796,80
7	24	UN	CAMISA POLO MASCULINA CONFECCIONADA EM TECIDO DE MALHA, NA COR CINZA MESCLA, GRAMATURA 190 G/M², COMPOSIÇÃO 88% ALGODÃO E 12% POLIÉSTER. O MODELO DA CAMISA DEVERÁ SER EM MANGAS CURTAS, GOLA SANFONADA, BOTÕES INCOLORES E POSSUIR 01 BOLSO NO LADO ESQUERDO CONTENDO A GRAVAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ITAPETININGA EM SILK SCREEN. A CAMISA DEVERÁ POSSUIR ETIQUETAS CONTENDO A MARCA DO FABRICANTE, TAMANHO E SUA COMPOSIÇÃO, DEVENDO O PROPONENTE FORNECER GARANTIA TOTAL DE COSTURAS, AVIAMENTOS E TECIDO. TAMANHO: G.	R\$597,60
8	24	UN	CAMISA POLO MASCULINA CONFECCIONADA EM TECIDO DE MALHA, NA COR CINZA MESCLA, GRAMATURA 190 G/M², COMPOSIÇÃO 88% ALGODÃO E 12% POLIÉSTER. O MODELO DA CAMISA DEVERÁ SER EM MANGAS CURTAS, GOLA SANFONADA, BOTÕES INCOLORES E POSSUIR 01 BOLSO NO LADO ESQUERDO CONTENDO A GRAVAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ITAPETININGA EM SILK SCREEN. A CAMISA DEVERÁ POSSUIR ETIQUETAS CONTENDO A MARCA DO FABRICANTE, TAMANHO E SUA COMPOSIÇÃO, DEVENDO O PROPONENTE FORNECER GARANTIA TOTAL DE COSTURAS, AVIAMENTOS E TECIDO. TAMANHO: GG.	R\$597,60
9	32	UN	CAMISA PROFISSIONAL MASCULINA CONFECCIONADA EM TECIDO PRÉ-ENCOLHIDO, ARMAÇÃO SARJA 2/1, GRAMATURA 220 G/M², COMPOSIÇÃO 100% ALGODÃO E COR AZUL CLARA (REF. 1003-SANTANENSE). O MODELO DA CAMISA DEVERÁ SER EM MANGAS CURTAS, GOLA PADRÃO, BOTÕES NA MESMA COR DO TECIDO E 01 BOLSO NO LADO ESQUERDO CONTENDO A GRAVAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ITAPETININGA EM SILK SCREEN. A CAMISA DEVERÁ POSSUIR ETIQUETAS CONTENDO O NOME / MARCA DO FABRICANTE DO TECIDO, TAMANHO E SUA COMPOSIÇÃO, DEVENDO O PROPONENTE FORNECER GARANTIA TOTAL DE COSTURAS, AVIAMENTOS E TECIDO. TAMANHO: M.	R\$1.202,24
10	24	UN	CAMISA PROFISSIONAL MASCULINA CONFECCIONADA EM TECIDO PRÉ-ENCOLHIDO, ARMAÇÃO SARJA 2/1, GRAMATURA 220 G/M², COMPOSIÇÃO 100% ALGODÃO E COR AZUL CLARA (REF. 1003-SANTANENSE). O MODELO DA CAMISA DEVERÁ SER EM MANGAS CURTAS, GOLA PADRÃO, BOTÕES NA MESMA COR DO TECIDO E 01 BOLSO NO LADO ESQUERDO CONTENDO A GRAVAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ITAPETININGA EM SILK SCREEN. A CAMISA DEVERÁ POSSUIR ETIQUETAS CONTENDO O NOME / MARCA DO FABRICANTE DO TECIDO, TAMANHO E SUA COMPOSIÇÃO, DEVENDO O PROPONENTE FORNECER GARANTIA TOTAL DE COSTURAS, AVIAMENTOS E TECIDO. TAMANHO: G.	R\$901,68



Praça dos Três Poderes, nº.: 1000 – Jardim Marabá – CEP: 18.213-545
_____ ESTADO DE SÃO PAULO _____

		,		
11	24	UN	CAMISA PROFISSIONAL MASCULINA CONFECCIONADA EM TECIDO PRÉ-ENCOLHIDO, ARMAÇÃO SARJA 2/1, GRAMATURA 220 G/M², COMPOSIÇÃO 100% ALGODÃO E COR AZUL CLARA (REF. 1003-SANTANENSE). O MODELO DA CAMISA DEVERÁ SER EM MANGAS CURTAS, GOLA PADRÃO, BOTÕES NA MESMA COR DO TECIDO E 01 BOLSO NO LADO ESQUERDO CONTENDO A GRAVAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ITAPETININGA EM SILK SCREEN. A CAMISA DEVERÁ POSSUIR ETIQUETAS CONTENDO O NOME / MARCA DO FABRICANTE DO TECIDO, TAMANHO E SUA COMPOSIÇÃO, DEVENDO O PROPONENTE FORNECER GARANTIA TOTAL DE COSTURAS, AVIAMENTOS E TECIDO. TAMANHO / QUANTIDADE: GG/ 24.	R\$917,52
12	4	PR	BOTINA DE SEGURANÇA SEM BIQUEIRA DE AÇO, CONFECCIONADA EM VAQUETA RELAX MACIA, CURTIDA AO CROMO, DE PRIMEIRA QUALIDADE, NA COR PRETA, DE ESPESSURA ENTRE 1,8 MM E 2,00 MM, CABEDAL COM ELÁSTICO NAS LATERAIS RECOBERTO, GÁSPEA FORRADA COM MATERIAL DE BOA QUALIDADE, RESISTENTE E CONFORTÁVEL, LINHAS DE COSTURA EM NYLON FIO 30 E 40, DORSO ACOLCHOADO (COM ALMOFADA FRONTAL), PALMILHA DE MONTAGEM COSTURADA ATRAVÉS DO SISTEMA STROBEL, SOBRE PALMILHA REMOVÍVEL HIGIÊNICA TRATADA ANTIFUNGOS E ANTIBACTÉRIAS, SOLADO ANTIDERRAPANTE EM POLIURETANO (PU) BIDENSIDADE INJETADO DIRETO NO CABEDAL. O CALÇADO DEVERÁ VIR ACOMPANHADO DE 01 PAR SOBRESSALENTE DA PALMILHA HIGIÊNICA ACIMA MENCIONADA. O PROPONENTE E/OU FABRICANTE DEVERÁ FORNECER GARANTIA DE NO MÍNIMO 12 (DOZE) MESES CONTRA QUALQUER DEFEITO DE FABRICAÇÃO. O PROPONENTE DEVERÁ APRESENTAR JUNTAMENTE COM A PROPOSTA, O C. A. (CERTIFICADO DE APROVAÇÃO) DO MATERIAL, EXPEDIDO PELO MTE. TAMANHO: 37.	R\$211,72
13	8	PR	BOTINA DE SEGURANÇA SEM BIQUEIRA DE AÇO, CONFECCIONADA EM VAQUETA RELAX MACIA, CURTIDA AO CROMO, DE PRIMEIRA QUALIDADE, NA COR PRETA, DE ESPESSURA ENTRE 1,8 MM E 2,00 MM, CABEDAL COM ELÁSTICO NAS LATERAIS RECOBERTO, GÁSPEA FORRADA COM MATERIAL DE BOA QUALIDADE, RESISTENTE E CONFORTÁVEL, LINHAS DE COSTURA EM NYLON FIO 30 E 40, DORSO ACOLCHOADO (COM ALMOFADA FRONTAL), PALMILHA DE MONTAGEM COSTURADA ATRAVÉS DO SISTEMA STROBEL, SOBRE PALMILHA REMOVÍVEL HIGIÊNICA TRATADA ANTIFUNGOS E ANTIBACTÉRIAS, SOLADO ANTIDERRAPANTE EM POLIURETANO (PU) BIDENSIDADE INJETADO DIRETO NO CABEDAL. O CALÇADO DEVERÁ VIR ACOMPANHADO DE 01 PAR SOBRESSALENTE DA PALMILHA HIGIÊNICA ACIMA MENCIONADA. O PROPONENTE E/OU FABRICANTE DEVERÁ FORNECER GARANTIA DE NO MÍNIMO 12 (DOZE) MESES CONTRA QUALQUER DEFEITO DE FABRICAÇÃO. O PROPONENTE DEVERÁ APRESENTAR JUNTAMENTE COM A PROPOSTA, O C. A. (CERTIFICADO DE APROVAÇÃO) DO MATERIAL, EXPEDIDO PELO MTE. TAMANHO: 38.	R\$423,44
14	16	PR	BOTINA DE SEGURANÇA SEM BIQUEIRA DE AÇO, CONFECCIONADA EM VAQUETA RELAX MACIA, CURTIDA AO CROMO, DE PRIMEIRA QUALIDADE, NA COR PRETA, DE ESPESSURA ENTRE 1,8 MM E 2,00 MM, CABEDAL COM ELÁSTICO NAS LATERAIS RECOBERTO, GÁSPEA FORRADA COM MATERIAL DE BOA QUALIDADE, RESISTENTE E CONFORTÁVEL, LINHAS DE COSTURA EM NYLON FIO 30 E 40, DORSO ACOLCHOADO (COM ALMOFADA FRONTAL), PALMILHA DE MONTAGEM COSTURADA ATRAVÉS DO SISTEMA STROBEL, SOBRE PALMILHA REMOVÍVEL HIGIÊNICA TRATADA ANTIFUNGOS E ANTIBACTÉRIAS, SOLADO ANTIDERRAPANTE EM POLIURETANO (PU) BIDENSIDADE INJETADO DIRETO NO CABEDAL. O CALÇADO DEVERÁ VIR ACOMPANHADO DE 01 PAR SOBRESSALENTE DA PALMILHA HIGIÊNICA ACIMA MENCIONADA. O PROPONENTE E/OU FABRICANTE DEVERÁ FORNECER GARANTIA DE NO MÍNIMO 12 (DOZE) MESES CONTRA QUALQUER DEFEITO DE FABRICAÇÃO. O PROPONENTE DEVERÁ APRESENTAR JUNTAMENTE COM A	R\$846,88



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPETININGA Praça dos Três Poderes, nº.: 1000 - Jardim Marabá - CEP: 18.213-545

Praça dos Três Poderes, nº.: 1000 – Jardim Marabá – CEP: 18.213-545
_____ ESTADO DE SÃO PAULO _____

			PROPOSTA, O C. A. (CERTIFICADO DE APROVAÇÃO) DO MATERIAL, EXPEDIDO PELO TEM. TAMANHO: 39.	
15	32	PR	BOTINA DE SEGURANÇA SEM BIQUEIRA DE AÇO, CONFECCIONADA EM VAQUETA RELAX MACIA, CURTIDA AO CROMO, DE PRIMEIRA QUALIDADE, NA COR PRETA, DE ESPESSURA ENTRE 1,8 MM E 2,00 MM, CABEDAL COM ELÁSTICO NAS LATERAIS RECOBERTO, GÁSPEA FORRADA COM MATERIAL DE BOA QUALIDADE, RESISTENTE E CONFORTÁVEL, LINHAS DE COSTURA EM NYLON FIO 30 E 40, DORSO ACOLCHOADO (COM ALMOFADA FRONTAL), PALMILHA DE MONTAGEM COSTURADA ATRAVÉS DO SISTEMA STROBEL, SOBRE PALMILHA REMOVÍVEL HIGIÊNICA TRATADA ANTIFUNGOS E ANTIBACTÉRIAS, SOLADO ANTIDERRAPANTE EM POLIURETANO (PU) BIDENSIDADE INJETADO DIRETO NO CABEDAL. O CALÇADO DEVERÁ VIR ACOMPANHADO DE 01 PAR SOBRESSALENTE DA PALMILHA HIGIÊNICA ACIMA MENCIONADA. O PROPONENTE E/OU FABRICANTE DEVERÁ FORNECER GARANTIA DE NO MÍNIMO 12 (DOZE) MESES CONTRA QUALQUER DEFEITO DE FABRICAÇÃO. O PROPONENTE DEVERÁ APRESENTAR JUNTAMENTE COM A PROPOSTA, O C. A. (CERTIFICADO DE APROVAÇÃO) DO MATERIAL, EXPEDIDO PELOMTE. TAMANHO: 40.	R\$1.693,76
16	12	PR	BOTINA DE SEGURANÇA SEM BIQUEIRA DE AÇO, CONFECCIONADA EM VAQUETA RELAX MACIA, CURTIDA AO CROMO, DE PRIMEIRA QUALIDADE, NA COR PRETA, DE ESPESSURA ENTRE 1,8 MM E 2,00 MM, CABEDAL COM ELÁSTICO NAS LATERAIS RECOBERTO, GÁSPEA FORRADA COM MATERIAL DE BOA QUALIDADE, RESISTENTE E CONFORTÁVEL, LINHAS DE COSTURA EM NYLON FIO 30 E 40, DORSO ACOLCHOADO (COM ALMOFADA FRONTAL), PALMILHA DE MONTAGEM COSTURADA ATRAVÉS DO SISTEMA STROBEL, SOBRE PALMILHA REMOVÍVEL HIGIÊNICA TRATADA ANTIFUNGOS E ANTIBACTÉRIAS, SOLADO ANTIDERRAPANTE EM POLIURETANO (PU) BIDENSIDADE INJETADO DIRETO NO CABEDAL. O CALÇADO DEVERÁ VIR ACOMPANHADO DE 01 PAR SOBRESSALENTE DA PALMILHA HIGIÊNICA ACIMA MENCIONADA. O PROPONENTE E/OU FABRICANTE DEVERÁ FORNECER GARANTIA DE NO MÍNIMO 12 (DOZE) MESES CONTRA QUALQUER DEFEITO DE FABRICAÇÃO. O PROPONENTE DEVERÁ APRESENTAR JUNTAMENTE COM A PROPOSTA, O C. A. (CERTIFICADO DE APROVAÇÃO) DO MATERIAL, EXPEDIDO PELO MTE. TAMANHO: 41.	R\$635,16
17	4	PR	BOTINA DE SEGURANÇA SEM BIQUEIRA DE AÇO, CONFECCIONADA EM VAQUETA RELAX MACIA, CURTIDA AO CROMO, DE PRIMEIRA QUALIDADE, NA COR PRETA, DE ESPESSURA ENTRE 1,8 MM E 2,00 MM, CABEDAL COM ELÁSTICO NAS LATERAIS RECOBERTO, GÁSPEA FORRADA COM MATERIAL DE BOA QUALIDADE, RESISTENTE E CONFORTÁVEL, LINHAS DE COSTURA EM NYLON FIO 30 E 40, DORSO ACOLCHOADO (COM ALMOFADA FRONTAL), PALMILHA DE MONTAGEM COSTURADA ATRAVÉS DO SISTEMA STROBEL, SOBRE PALMILHA REMOVÍVEL HIGIÊNICA TRATADA ANTIFUNGOS E ANTIBACTÉRIAS, SOLADO ANTIDERRAPANTE EM POLIURETANO (PU) BIDENSIDADE INJETADO DIRETO NO CABEDAL. O CALÇADO DEVERÁ VIR ACOMPANHADO DE 01 PAR SOBRESSALENTE DA PALMILHA HIGIÊNICA ACIMA MENCIONADA. O PROPONENTE E/OU FABRICANTE DEVERÁ FORNECER GARANTIA DE NO MÍNIMO 12 (DOZE) MESES CONTRA QUALQUER DEFEITO DE FABRICAÇÃO. O PROPONENTE DEVERÁ APRESENTAR JUNTAMENTE COM A PROPOSTA, O C. A. (CERTIFICADO DE APROVAÇÃO) DO MATERIAL, EXPEDIDO PELO MTE. TAMANHO: 42.	R\$211,72
18	4	PR	BOTINA DE SEGURANÇA SEM BIQUEIRA DE AÇO, CONFECCIONADA EM VAQUETA RELAX MACIA, CURTIDA AO CROMO, DE PRIMEIRA QUALIDADE, NA COR PRETA, DE ESPESSURA ENTRE 1,8 MM E 2,00 MM, CABEDAL COM ELÁSTICO NAS LATERAIS RECOBERTO, GÁSPEA FORRADA COM MATERIAL DE BOA QUALIDADE, RESISTENTE E CONFORTÁVEL, LINHAS DE COSTURA EM NYLON FIO 30 E 40, DORSO ACOLCHOADO (COM	R\$211,72



Praça dos Três Poderes, nº.: 1000 – Jardim Marabá – CEP: 18.213-545 ESTADO DE SÃO PAULO

	ALMOFADA FRONTAL), PALMILHA DE MONTAGEM COSTURADA ATRAVÉS DO SISTEMA STROBEL, SOBRE PALMILHA REMOVÍVEL HIGIÊNICA TRATADA ANTIFUNGOS E ANTIBACTÉRIAS, SOLADO	
	ANTIDERRAPANTE EM POLIURETANO (PU) BIDÉNSIDADE INJETADO DIRETO NO CABEDAL. O CALÇADO DEVERÁ VIR	
	ACOMPANHADO DE 01 PAR SOBRESSALENTE DA PALMILHA HIGIÊNICA ACIMA MENCIONADA. O PROPONENTE E/OU FABRICANTE DEVERÁ FORNECER GARANTIA DE NO MÍNIMO 12	
	(DOZE) MESES CONTRA QUALQUER DEFEITO DE FABRICAÇÃO. O PROPONENTE DEVERÁ APRESENTAR JUNTAMENTE COM A	
	PROPOSTA, O C. A. (CERTIFICADO DE APROVAÇÃO) DO MATERIAL, EXPEDIDO PELO TEM. TAMANHO: 43.	

*M.T.E (MINISTÉRIO DO TRABALHO)

• CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS DO ANEXO I:

- 01) As <u>licitantes vencedoras provisoriamente classificadas em primeiro lugar</u> deverão apresentar juntamente com a proposta o CA (Certificado de Aprovação) atualizado dos produtos, de acordo com a Norma Regulamentadora 6 NR 6.5 e Portaria nº.: 3.214 de 08 de junho de 1978 do Ministério do Trabalho e Emprego;
- 02) A entrega dos produtos somente será efetuada, obedecendo ao cronograma de consumo, de acordo com as necessidades das Secretarias, após a prévia autorização requisitória, por escrito e com <u>o autorizo</u> do Secretário de Educação ou responsável indicado para este fim, devendo ser entregue **dentro do prazo de 15** (quinze) dias a contar da solicitação em local indicado pela Secretaria.
- 03) Os produtos deverão ser conduzidos em estrita observância com as normas da Legislação Federal, Estadual e Municipal, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, e atendimento às normas vigentes.
- 04) Os produtos deverão atender ao disposto na Lei nº. 8.078, de 11 de setembro de 1990, dispõe sobre o código que estabelece as normas de proteção e defesa do consumidor, de ordem pública e interesse social, nos termos dos arts. 5°, inciso XXXII, 170, inciso V, da Constituição Federal e art. 48 de suas Disposições Transitórias.
- 05) O valor estimado da presente licitação é de R\$ 12.573,44 (doze mil, quinhentos e setenta e três reais e quarenta e quatro centavos).

GERALDO MIGUEL DE MACEDO SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



_____ ESTADO DE SÃO PAULO _____

ANEXO II

MODELO DE DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

"DECLARAÇÃO"

À	
PREFEITURA M	IUNICIPAL DE ITAPETININGA
At. – PREGOEIRO	O OFICIAL E EQUIPE DE APOIO
R	ef.: PROCESSO N.º 343/2014 - PREGÃO PRESENCIAL N.º 209/2014
	(Razão Social da Empresa), estabelecida na(endereço completo), inscrita no
	CNPJ sob n.º, neste ato representada pelo seu
	(representante/sócio/procurador), no uso de suas atribuições legais, vem:
	<u>DECLARAR</u> , para fins de participação no processo licitatório em pauta, sob as
penas da Lei, que	cumpre plenamente aos requisitos de habilitação.
	Por ser verdade assina a presente
	de de 2014.
	Razão Social da Empresa
	Nome do responsável/procurador
	Cargo do responsável/procurador
	N.º do documento de identidade



_____ ESTADO DE SÃO PAULO _____

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO

	<u>"DECLARAÇÃO"</u>
À	
PREFEITURA MUNIC	CIPAL DE ITAPETININGA
At. – PREGOEIRO OFIO	CIAL E EQUIPE DE APOIO
Ref.: PI	ROCESSO N.º 343/2014 - PREGÃO PRESENCIAL N.º 209/2014
	(Razão Social da Empresa), estabelecida na(endereço completo), inscrita no CNPJ sob n.º, neste ato representada pelo seu (representante/sócio/procurador), no uso de suas atribuições legais, vem:
penas da Lei, que não fo	DECLARAR, para fins de participação no processo licitatório em pauta, sob as oi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, e,
que <u>não está suspensa</u>	de participar em processos de licitação ou impedida de contratar com a
Prefeitura Municipal supervenientes.	de Itapetininga, e que se compromete a comunicar ocorrência de fatos
1	Por ser verdade assina a presente.
	, de de 2014.
	Razão Social da Empresa
	Nome do responsável/procurador

Pregão Presencial N°209/2014- página 27

Cargo do responsável/procurador N.º do documento de identidade

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPETININGA _____ ESTADO DE SÃO PAULO _____



ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE PARA COM O MINISTÉRIO DO TRABALHO

"DECLARAÇÃO"

À PREFEITURA MUNICIPA	
At. – PREGOEIRO OFICIAL	
Ref.: PROCI	ESSO N.º 343/2014 - PREGÃO PRESENCIAL N.º 209/2014
CN	zão Social da Empresa), estabelecida na(endereço completo), inscrita no PJ sob n.º, neste ato representada pelo seu presentante/sócio/procurador), no uso de suas atribuições legais, vem:
penas da Lei, que está em situ do disposto no inciso XXXIII artigo 27 da Lei n.º 8.666, de	CLARAR, para fins de participação no processo licitatório em pauta, sob as uação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere à observância I, do Artigo 7° da Constituição Federal, e, para fins do disposto no inciso V do e 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei n.º 9.854, de 27 de outubro de 1999, ezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de
	salva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz (). tivo, assinalar a ressalva acima)
	ser verdade assina a presente.
	, de de 2014.
Raz	zão Social da Empresa
Nor	me do responsável/procurador
Car	rgo do responsável/procurador

N.º do documento de identidade

ESTADO DE SÃO PAULO _____

ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO DE BENEFICIAR-SE DA LEI COMPLEMENTAR 123.

DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

DECLARO, sob as penas da lei, sem prejuízo das sanções e multas	previstas neste ato
onvocatório, que a empresa	·····
denominação da pessoa jurídica), CNPJ n°	_ é Microempresa ou
Empresa de Pequeno Porte, nos termos do enquadramento previsto na Lei Complemen	tar n° 123, de 14 de
ezembro de 2006 cujos termos declaro conhecer na íntegra, estando apta, portanto, a	exercer o direito de
referência como critério de desempate no procedimento licitatório do Pregão Pres	encial n°/2014,
ealizado pelo Município de Itapetininga, Estado de São Paulo.	
Local e Data.	
Nome do representante	
RG n°:	



ESTADO DE SÃO PAULO _____

ANEXO VI

MODELO DE PROCURAÇÃO PARA <u>CREDENCIAMENTO</u>

Ref.: PROCESSO N.º 343/2014 - PREGÃO PRESENCIAL N.º 209/2014

Pelo presente instrumento particular de Procuração e pela melhor forma de direito, a
empresa, inscrita no CNPJ/MF sob n.º
e Inscrição Estadual sob n.º, neste ato, representada por seu sócio-gerente
Sr.(a), portador(a) da Cédula de Identidade RG n.º n e CPF n.º,
nomeia e constitui seu representante o(a) Sr.(a), portador(a) da Cédula de Identidade
RG n.º e CPF n.ºn, a quem confere poderes para representar a empresa
outorgante no PREGÃO PRESENCIAL N.º 209/2014 Processo nº 343 /2014, instaurado pela Prefeitura
Municipal de Itapetininga, em especial para firmar declarações e atas, apresentar ou desistir da apresentação
de lances verbais, negociar os valores propostos, interpor ou desistir da interposição de recursos e praticar
todos os demais atos pertinentes ao certame acima indicado.
Local e data.

Assinatura do responsável pela outorga

Obs.: Na apresentação desta procuração a mesma deverá vir acompanhada do Contrato Social da proponente ou de outro documento, onde esteja expressa a capacidade / competência do outorgante para constituir mandatário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPETININGA ESTADO DE SÃO PAULO



ANEXO VII

MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITOS MUNICIPAIS

"DECLARAÇÃO"

À

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPETININGA

At. - PREGOEIRO OFICIAL E EQUIPE DE APOIO

(Razão Social da Empresa), estabelecida na(endereço completo), inscrita no CNPJ sob n.								
, neste ato representada pelo seu (representante/sócio/procurador), no uso de sua								
atribuições legais, vem:								
DECLARAR , para fins de participação no processo licitatório em pauta, sob as penas da Lei, que nã								
possui débitos de tributos e multas com os cofres públicos municipais, estando em conformidad								
com as disposições do art. 430 do Código Tributário do Município de Itapetininga ¹ , e que se compromete a comunicar ocorrência de fatos supervenientes.								
de de 2014								
Razão Social da Empresa								
Nome do responsável/procurador								
Cargo do responsável/procurador								
N.º do documento de identidade								

¹ **Artigo 430** - Os contribuintes que estiverem em débito de tributos e multas com os cofres públicos municipais, não poderão receber quaisquer quantias ou créditos que tiverem com a Prefeitura, participar de concorrência, coleta ou tomada de preços, celebrar contratos ou termos de qualquer natureza ou transacionar, a qualquer título, com a administração do Município.

Parágrafo Único - A proibição a que se refere este artigo não se aplicará quando, sobre o débito ou a multa, houver recurso administrativo ainda não decidido definitivamente.



_____ ESTADO DE SÃO PAULO _____

ANEXO VIII

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO DAS CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS DO EDITAL

"DECLARAÇÃO"

À

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPETININGA

At. – PREGOEIRO OFICIAL E EQUIPE DE APOIO

Cargo do responsável/procurador N.º do documento de identidade

(Razão Social da Empresa), estabelecida na(endereço completo), inscrita no CNPJ sob n.º
, neste ato representada pelo seu (representante/sócio/procurador), no uso de suas
atribuições legais, vem:
<u>DECLARAR</u> , para fins de participação no processo licitatório em pauta, sob as penas da Lei, que está
de pleno acordo com as condições e exigências do Edital referente ao Pregão Presencial nº.
209/2014 e Processo nº.: 343/2014 e aceitam a cumprirem fielmente.
Por ser verdade assina a presente.
, de de 2014
Razão Social da Empresa
Nome do responsável/procurador

Transmustra

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPETININGA

_____ ESTADO DE SÃO PAULO _____

ANEXO IX

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPETININGA
At. – PREGOEIRO OFICIAL

DECLAR	O, sob as penas da lei, sem p	prejuízo das sanções e multas previstas neste ato
convocatório, que a empr	esa	(denominação da pessoa
jurídica), CNPJ n°		tem disponibilidade dos produtos e dos
demais meios para a realiz	zação dos serviços, conforme A	nexo I do Edital referente ao Pregão Presencial nº.:
209/2014 e Processo nº.: 3	343/2014, para a prestação do se	rviço no prazo estabelecido pelo Edital da presente
licitação.		
Local e Data.		
	Nome do representante	
	RG n.º:	

_____ ESTADO DE SÃO PAULO _____

ANEXO X

Ref.: PROCESSO N.º 343/2014 - PREGÃO PRESENCIAL N.º 209/2014 (SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS)

			•	, ,	
SISTEM	IA DE REG	SISTRO	DE PREÇOS N.º	(minuta)	
PREÂM	BULO				
direito prinscrita represent do RG 1 PRESEN respective empresa VENCE Registro alteraçõe	iblico interr no CNPJ tada neste a , residen n.º NCIAL PAI a homologa NOME I DORA, ater de Preços, s, do Decret	no, com sob n.º to pelo te à Rua e do C RA REG ção, com DA EM ndendo a sujeitano co Munic	sede a Praça dos T 46.634.291/0001- seu Prefeito Munic PF/MF n.º GISTRO DE PREC aforme fls PRESA VENCE as condições previs do-se as partes às a cipal n.º 1.006 de 2	o o MUNICÍPIO DE ITAPET Três Poderes n.º 1.000 em Itapet 70, doravante denominada Ó cipal, Sr, nº, nesta cidade , nº/2014, publicado no do Processo nº/2014, RESO DORA, CNPJ NÚMERO DO tas no instrumento convocatório normas constantes das Leis n.º 8 9 de janeiro de 2013 e do Decre res aplicáveis à espécie.	ininga, Estado de São Paulo, RGÃO GERENCIADOR, de Itapetininga/SP, portador o julgamento do PREGÃO DOE do dia XX/XX/XXX, a OLVE registrar os preços da O CNPJ DA EMPRESA e as constantes desta Ata de 8.666/1993 e 10.520/2002, e
1.1 - A I	DETENTOI	RA DA		TRO DE PREÇOS, por força do ÓRGÃO GERENCIADOR, os	
	•		-	MARCA/PROCEDÊNCIA	•
	QUIIII		DESCRIÇÃO	III MOLIJI NOCEDENCIA	VILLOR OTHER IND



ESTADO DE SÃO PAULO

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 2.1 Constituem parte integrante desta Ata de Registro de Preços, estando a ela vinculados, como se nesta estivessem transcritos, os seguintes documentos, cujo teor as partes declaram ter pleno conhecimento:
 - 2.1.1 Edital de Pregão Presencial N° /2014.
 - 2.1.2 Termo de Referência.
 - 2.1.3 Proposta de Preços.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PREÇOS REGISTRADOS

- 3.1 Os preços registrados, a especificação do material e ou serviço, o quantitativo, as marcas, as empresas fornecedoras e o nome do representante legal são os constantes na proposta de preços.
- 3.2 Durante a vigência desta Ata de Registro de Preços, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA - DOS PRAZOS, DAS CONDIÇÕES E DO LOCAL DE ENTREGA DO OBJETO DA LICITAÇÃO

- 4.1 A entrega dos produtos objeto do ANEXO I, será, obedecido o cronograma de consumo, de acordo com as necessidades da Secretaria requisitante, após a prévia formalização de um contrato e autorização requisitória, por escrito e com <u>o autorizo</u> do Secretário ou responsável indicado para este fim, devendo ser entregue **dentro do prazo de 15 (quinze) dias** a contar da solicitação, devendo os materiais ser entregues em ótimas condições.
- 4.1.1 O prazo de vigência do Registro de Preços será **de 12 (doze) meses**, contados a partir da data da sua assinatura.
- 4.1.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Órgão Gerenciador não será obrigado a firmar as aquisições que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.
- 4.2 A programação indicando quantidade, local e horário para entrega dos materiais serão efetuados pela Secretaria, através do gestor responsável indicado para este fim.



ESTADO DE SÃO PAULO

4.3 - Constatada qualquer irregularidade na entrega dos materiais, a Detentora da Ata de Registro de Preços, obrigar-se-á a trocá-los em **até 15 (quinze) dias**, sob pena de sujeitar-se a aplicação das multas ou rescisão do Registro de Preços nos termos legais.

- 4.4 O Órgão Gerenciador rejeitará, no todo ou em parte o produto que estiver em desacordo com o Edital.
- 5.5 A Detentora da Ata de Registro de Preços se compromete a prestar os serviços com prioridade de atendimento tendo em vista o interesse público.
- 4.6 O controle de qualidade será realizado de acordo com a variedade, peso, e demais características do produto, sendo que em caso de não corresponder às exigências mencionadas, o material será devolvido, ficando a empresa fornecedora sujeita a substituí-lo **em até 15 (quinze) dias** independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.
- 4.7 Poderão ser realizadas análises específicas em laboratório oficial ou particular para verificação da qualidade do produto e as despesas correrão por conta da Detentora da Ata de Registro de Preços, conforme art. 75 da Lei 8.666/93.
- 4.8 Os materiais que serão entregues pela **DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS** deverão ser idênticos às especificações contidas no Edital e em sua proposta. Caso o produto não corresponda às especificações exigidas, será rejeitado e poderá ser admitida uma substituição, desde que o **prazo não exceda a 15 (quinze) dias** contados do recebimento da Nota de Empenho não se tenha esgotado e a Detentora da Ata de Registro de Preços possa fornecer, frise-se, dentro do restante do prazo. Nesta hipótese de substituição, caso seja realizada dentro do prazo de entrega inicial ainda não esgotado, não será aplicada a penalidade; se realizada após, findo aquele prazo, o produto poderá ser aceito, entretanto, será apurada a aplicação das multas cabíveis.
- 4.9 A cada solicitação a licitante vencedora deverá entregar na respectiva Secretaria, juntamente com a Nota Fiscal o recibo de entrega assinado pelo gestor responsável **indicado pela Secretaria**, na data limite para a entrega dos materiais.
- 4.10 Eventuais atrasos na entrega dos produtos deverão ser justificados por escrito pela Detentora da Ata de Registro de Preços cabendo à Administração avaliar as razões externadas pela Detentora da Ata, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste Edital.
- 4.11 Deverão ser observadas todas as condições e exigências referidas no Anexo I do Edital.

CLÁUSULA QUINTA - DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS E DO FORNECIMENTO

5.1 - O prazo de validade do registro de preços será de 12 (doze) meses, contado a partir da data da publicação da respectiva Ata de Registro de Preços.



ESTADO DE SÃO PAULO

- 5.2 O fornecimento do material será efetuado havendo interesse do Órgão Gerenciador mediante a assinatura de um contrato (Anexo XI) a cada fornecimento entre o licitante que tenha firmado a Ata de Registro de Preços e o Órgão Gerenciador, com a emissão da respectiva Nota de Empenho.
- 5.3 Os produtos deverão ser entregues no prazo de **15 (quinze) dias,** de acordo com a programação indicando quantidade, local e horário definida por responsável indicado pela Secretaria Municipal de Educação conforme o recebimento da Ordem de Fornecimento expedida pela Secretaria Municipal de Educação
- 5.4 Durante o prazo de validade do Sistema de Registro de Preços, sua detentora, fica obrigada a fornecer o produto ofertado, nas quantidades indicadas pela Secretaria de Educação, na "Ordem de Fornecimento".
- 5.5 O Município de Itapetininga não está obrigado a adquirir uma quantidade mínima dos produtos, ficando a seu exclusivo critério a definição da quantidade e do momento de aquisição.
- 5.5.1 Os quantitativos totais expressos no Anexo I Especificações técnicas são estimativos e representam as previsões da Secretaria Municipal de Educação para as compras durante o período de 12 (doze) meses.
- 5.6 A existência do preço registrado não obriga o Município de Itapetininga firmar as contratações que dele poderão advir, facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação vigente, sendo assegurado à detentora do Sistema de Registro de Preços preferência em igualdade de condições.
- 5.7 O produto será rejeitado na hipótese de o mesmo não corresponder às especificações da Ata de Registro de Preços, devendo ser substituído em **até 15 (quinze) dias** pela empresa detentora do Sistema de Registro de Preços.
- 5.8 Constituem motivos para o cancelamento da Ata de Registro de Preços as situações referidas nos artigos 77 e 78 da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e artigos 16 ao 20 do Decreto Municipal nº. 1.050 de 04 de junho de 2013.
- 5.9 Os preços registrados obrigam os proponentes e poderão, justificadamente, ser objeto de reequilíbrio econômico financeiro, para menos ou para mais.
- 5.10 Independentemente de solicitação dos detentores, a Administração poderá convocar o licitante vencedor, após a assinatura do Termo de Ata de Registro de Preços, para negociar a redução dos preços visando manter o mesmo objeto cotado na qualidade e especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços de mercado.
- 5.11 O Detentor vencedor poderá ter ainda, do Sistema de Registro de Preços cancelada, desonerando-se de compromisso ajustado, quando a critério da Administração, comprovar o desequilíbrio econômico financeiro.
- 5.11.1 A comprovação deverá ser feita acompanhada de documentos, tais como lista de preço de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, serviços e outros insumos, de transporte de Pregão Presencial N°209/2014- página 37



ESTADO DE SÃO PAULO

mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de desoneração do compromisso;

- 5.11.2 Reconhecendo o desequilíbrio econômico financeiro, a Administração poderá cancelar formalmente o registro em relação ao item;
- 5.11.3 A Administração, simultaneamente ou após a desoneração, poderá promover licitação específica para o item, bem como se utilizar de outros meios, a fim de manter os preços de acordo com os praticados no mercado.

CLÁUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES DE SUBSTITUIÇÃO DOS PRODUTOS

- 6.1 O objeto da presente licitação será recebido:
- 6.1.1 Provisoriamente **no prazo de 15 (quinze) dias corridos** para efeito de posterior verificação de sua conformidade com a especificação;
- 6.1.2 Definitivamente **no prazo de 30 (trinta) dias úteis**, após a verificação da qualidade do mesmo, em consonância com as especificações técnicas e proposta da empresa licitante vencedora, consequente aceitação.
- 6.2 Será rejeitado no recebimento, o produto fornecido com especificações diferente da constante no ANEXO I e da marca/modelo informada na PROPOSTA, devendo a sua substituição ocorrer na forma e prazo definidos no item 5.7.
- 6.3 Constatadas irregularidades no objeto contratual, no objeto contratual, o Órgão Gerenciador poderá:
- a) se disser respeito à especificação, rejeição por quaisquer dos motivos elencados na cláusula anterior, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
- a.1) na hipótese de substituição, a Detentora do Sistema de Registro de Preços deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Secretaria Municipal de Educação, **no prazo de 15 (quinze) dias,** contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado;
- b) se disser respeito à diferença de quantidade, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
- b.1) na hipótese de complementação, a Detentora do Sistema de Registro de Preços deverá fazê-la em conformidade com a indicação do Órgão Gerenciador, **15 (quinze) dias**, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.



ESTADO DE SÃO PAULO

CLÁUSULA SETIMA - DAS RESPONSABILIDADES

- 7.1 São responsabilidades da DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:
- 7.1.1 Havendo a necessidade da contratação, o cumprimento dos prazos de entrega, nas datas, condições e locais definidos;
 - 7.1.2 durante toda vigência do termo da ata, ser a responsável pela qualidade dos produtos entregues;
 - 7.1.3 o fiel cumprimento de todas as cláusulas e condições estabelecidas no presente termo.
 - 7.1.4 manter as condições de habilitação.
- 7.1.5 A contratada é responsável pelos encargos trabalhistas previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.
- 7.2 São responsabilidades do ÓRGÃO GERENCIADOR:
- 7.2.1 manter o equilíbrio econômico-financeiro do Termo de Ata de Registro de Preços, quando requerido;
- 7.2.2 pagar à DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS os valores devidos, nas datas avençadas, pautando-se no competente instrumento de contrato, sem prejuízo das disposições contidas no presente edital;
 - 7.2.3 o fiel cumprimento de todas as cláusulas e condições estabelecidas no presente edital.

CLÁUSULA OITAVA - DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO

- 8.1 Pela inexecução total ou parcial das condições fixadas nesta licitação a Prefeitura poderá, garantida a defesa prévia, aplicar à DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS as seguintes sanções:
 - 8.1.1 advertência;
- 8.1.2 multa indenizatória pecuniária de até multa indenizatória pecuniária de até 20% (vinte por cento) sobre o valor da obrigação não cumprida;.
- 8.1.3 suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos.
- 8.1.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem 8.1.3 desta Cláusula.



ESTADO DE SÃO PAULO

- 8.1.5 as sanções previstas acima poderão ser aplicadas cumulativamente, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, nos seguintes prazos:
- 8.1.5.1 das sanções estabelecidas no item 8.3, subitens 8.1.1, 8.1.2 e 8.1.3, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da intimação da da DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;
- 8.1.5.2 da sanção estabelecida no item 8.1, subitem 8.1.4, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo ser requerida a reabilitação 02 (dois) anos após a aplicação da pena;
- 8.2 O atraso injustificado da entrega da compra, sem prejuízo do disposto no parágrafo primeiro do artigo 86 da Lei n.º 8.666/93, sujeitará a detentora da Ata de Registro de Preços à multa de mora, calculada na proporção de 1,00% (um por cento) ao dia, sobre o valor da obrigação não cumprida, limitado ao percentual da cláusula 8.1.2.
- 8.3 Tudo o que for fornecido incorretamente e, portanto não aceito, deverá ser substituído por outro, na especificação correta, no prazo previsto no item 8.3 deste Edital;
- 8.3.1 a não ocorrência de substituição no prazo definido, ensejará a aplicação das sanções previstas nesta Cláusula.
- 8.4 O valor da multa será automaticamente descontado de pagamento a que a detentora da Ata de Registro de Preços tenha direito, originário de fornecimento anterior ou futuro;
- 8.4.1 Não havendo possibilidade dessa forma de compensação, o valor da multa, atualizado, deverá ser pago pelo inadimplente mediante emissão de boleto bancário pela Secretaria de Administração e Finanças, na condição "à vista". Na ocorrência do não pagamento, o valor será cobrado judicialmente

CLÁUSULA NONA- DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO

- 9.1 A manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do Termo de Ata de Registro de Preços poderá ser solicitada pelas partes, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado ou ainda em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, ficando a cargo da interessada a apresentação de todo tipo de prova da ocorrência, sem o que o pedido não será aceito.
- 9.2 Caso o pagamento da parcela não seja efetuado no vencimento pela falta do documento que deveria ter sido fornecido pela Detentora da Ata de Registro de Preços e isso motivar o bloqueio de entrega de produto, esta incorrerá nas penalidades previstas na Cláusula oitava, e não será paga a atualização de valor a que se refere o item 10.4 da Cláusula décima, ambas deste Termo de Contrato.
- 9.3 Para que os preços estejam sempre atualizados e visando todo processamento necessário, a futura DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS se obriga em fornecer, <u>a cada ocorrência de</u>

 Pregão Presencial N°209/2014- página 40



ESTADO DE SÃO PAULO

majoração ou redução, cópia do documento correspondente a ser utilizado no realinhamento dos preços. Portanto, é de responsabilidade exclusiva da DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, o fornecimento dos documentos comprobatórios dessas ocorrências.

- 9.3.1 Os preços atualizados somente poderão ser praticados após a efetiva assinatura do termo aditivo e modificativo pelas partes.
- 9.3.2 O serviço deverá ser prestado pelo preço efetivamente pactuado. No caso de a detentora da Ata de Registro de Preços solicitar o equilíbrio econômico-financeiro do Termo de Ata de Registro de Preços sobre parcelas já entregues, o mesmo não será concedido, sendo que o termo aditivo somente terá efeitos a partir de constatação do desequilíbrio.
- 9.3.3 O bloqueio no fornecimento por esta razão sujeitará a detentora da Ata de Registro de Preços às sanções contratuais e edilícias.
- 9.4 A obrigatoriedade da futura Detentora da Ata de Registro de Preços em fornecer documentos que permitirão variação dos preços contratados vigerá para todo o exercício de 2014, mesmo para períodos que possam não haver prestação do serviço.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA FORMA DE PAGAMENTO

- 10.1 O pagamento será realizado no prazo de até **15 dias (quinze) dias corridos**, contados da data de entrega efetiva dos materiais, mediante a apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica (vide item 10.1.1) acompanhada dos respectivos RECIBOS DE ENTREGA e dos comprovantes de regularidade perante o INSS, FGTS e Certidão de regularidade com a JUSTIÇA DO TRABALHO, sendo que os recursos financeiros serão atendidos pela dotação orçamentária vigente no orçamento do ÓRGÃO GERENCIADOR para o exercício de 2014 e as correspondentes para os exercícios futuros, as despesas decorrentes para o próximo exercício correrão por conta da dotação orçamentária, prevista na lei de orçamento, bem como no que for necessário para suportar este Termo de Ata de Registro de Preços, advindo do orçamento do exercício de 2015, e no que couber art.º 7º § 2º item III ou conforme previsto artigo 65 § 8º da lei 8.666/93 e posteriores alterações, verificada a sua disponibilidade na ocasião de cada pedido de compra.
- 10.1.1 A nota fiscal eletrônica, na prestação de serviços, fica condicionado a legislação local do emitente e referente a venda é obrigatório a emissão da nota fiscal eletrônica
- 10.2 O Órgão Gerenciador não efetuará pagamento através de cobrança bancária; os pagamentos serão efetuados nas modalidades "ordem de pagamento bancária", "correios" ou "duplicata em carteira", devendo a adjudicatária indicar o número de sua conta corrente, agência e banco correspondente.
- 10.3 A detentora da Ata indica para efeito de pagamento, os seguintes dados:
- a) Numero da conta corrente:....



ESTADO DE SÃO PAULO

b)Agência:....

c) Banco.....

10.4 - Em eventuais atrasos no pagamento, quando por culpa exclusiva do Órgão Gerenciador, o valor devido será atualizado, da data do vencimento à do efetivo pagamento, pela variação percentual do IPCA Esp. IBGE – Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial – Instituto Brasileiro de Geografía e Estatística, ou outro índice que venha substituí-lo.

10.5 - Por se tratar de fornecimento parcelado e para atendimento de exigências legais, a **DETENTORA DA ATA**, se obriga, a cada recebimento de valor, fornecer ao Departamento de Orçamento e Finanças da Prefeitura Municipal de Itapetininga (SP), original ou cópia autenticada por cartório competente, das provas de regularidade com a Seguridade Social (INSS), o FGTS e a Certidão de Regularidade com a Justiça do Trabalho atualizadas;

- 10.5.1 a ausência desses documentos, atualizados, implicará na suspensão dos pagamentos decorrentes do fornecimento, até que seja restaurada a situação de normalidade existente na data de encerramento do certame.
- 10.5.2 na ocorrência do bloqueio, e consequente atraso no(s) pagamento(s), não haverá quaisquer atualizações do valor devido, e no caso de bloqueio no fornecimento incorrerá a **DETENTORA DA ATA** nas sanções cabíveis.
- 10.6 Não haverá reajuste em período inferior a 12 (doze) meses.
- 10.7 Para fins de pagamento a contratada deverá observar as disposições do art. 430 do Código Tributário Municipal.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA -DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1 - O gerenciamento deste instrumento caberá a Secretaria de Educação, através da servidora **ALINE RODRIGUES DE ARRUDA**, telefone: (15)3275-1497 no seu aspecto operacional e legal.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA PUBLICIDADE

12.1 - O extrato da presente Ata de Registro de Preço será publicado em Imprensa Oficial, conforme o disposto no art. 61, parágrafo único, da Lei n.º 8.666/1993.



_____ ESTADO DE SÃO PAULO _____

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1 - Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, do Decreto Municipal n.º 1.006 de 29 de janeiro de 2013 e do Decreto Municipal nº. 1.050 de 04 de junho de 2013 e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

14.1 - O foro para dirimir questões relativas à presente Ata de Registro de Preços será o Foro da Comarca de Itapetininga, Estado de São Paulo.

Assim, justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 3 (três) vias.

Itapetininga, de	e c	le	201	4
------------------	-----	----	-----	---

LUIS ANTONIO DI FIORI FIORES COSTA PREFEITO MUNICIPAL DE ITAPETININGA

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Testemunhas:		
1	2	
Nome:	Nome:	
RG:	RG:	



|--|

ANEXO XI

Ref.: PROCESSO N.º 343/2014 - PREGÃO PRESENCIAL N.º 209/201	4
MINUTA CONTRATO N.º	

PREÂMBULO

Pelo pres	presente instrumento as partes, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPETININGA, com				
sede a P	sede a Praça dos Três Poderes n.º 1.000 em Itapetininga, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob n.º				
46.634.2	91/0001-70	, dorava	nte denominada C	CONTRATANTE, representada	neste ato pelo seu Prefeito
Municipa	nicipal, Sr, residente à Rua			, residente à Rua	
		, n°	, nesta cio	dade de Itapetininga/SP, portade	or do RG n.° e do
CPF/MF	MF n.º, e de outro lado a firma, estabelecida à			, estabelecida à	
		n°	em	, Estado de São Paulo, ins	scrita no CNPJ/MF sob n.º
		e Inscri	ção Estadual n.º	, doravante den	nominada CONTRATADA,
represent	ada neste	ato pelo	Sr	, portador o	do RG n.º e
CPF/MF	n.º		residente e d	omiciliado na rua	, n° , na
cidade de	e	, formali	zam entre si o pres	ente ajuste, que visa a AQUISIQ	ÇÃO DE UNIFORMES DE
E.P.I. PA	ARA O SE	TOR DE	E MANUTENÇÃO	O – SECRETARIA MUNICIPA	AL DE EDUCAÇÃO (ATA
DE REGISTRO), descrita na cláusula primeira deste Termo de Contrato, em razão do Processo n.º/2014,					
Pregão n.º/2014, já homologado e adjudicado, e na conformidade das cláusulas e condições seguintes.					
CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E REGIME DE EXECUÇÃO					
1.1 - A	CONTRA	TADA,	por força do pres	ente ajuste, se obriga a fornece	er, à CONTRATANTE, os
seguintes	produtos:				
ITEM	QUANT	UND	DESCRIÇÃO	MARCA/ PROCEDÊNCIA	VALOR UNIT R\$

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FORMA DE FORNECIMENTO

2.1 - A entrega dos materiais objeto do ANEXO I, somente será efetuada, de maneira parcelada, de acordo com as necessidades da respectiva Secretaria, após a prévia, autorização requisitória, por escrito e com o Pregão Presencial N°209/2014- página 44



ESTADO DE SÃO PAULO

<u>autorizo</u> do respectivo Secretário ou responsável indicado para este fim, devendo ser entregue **dentro do prazo de 15 (quinze) dias corridos** a contar da solicitação, devendo os materiais ser entregues em ótimas condições.

- 2.2 A programação indicando quantidade, local e horário para entrega dos materiais serão efetuados pela respectiva Secretaria, através do gestor responsável indicado para este fim.
- 2.3 Constatada qualquer irregularidade na entrega dos materiais, a Detentora da Ata de Registro de Preços, obrigar-se-á a trocá-los em **imediatamente**, sob pena de sujeitar-se a aplicação das multas ou rescisão do Registro de Preços nos termos legais
- 2.4 A Contratante rejeitará, no todo ou em parte o material que estiver em desacordo com o Edital.
- 2.5 A **CONTRATADA** se compromete a fornecer os materiais com prioridade de atendimento tendo em vista o interesse público.
- 2.6 O controle de qualidade será realizado de acordo com as características do produto, sendo que em caso de não corresponder às exigências mencionadas, os produtos serão rejeitados, ficando a **CONTRATADA** sujeita a substituí-los **imediatamente** independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.
- 2.7 Poderão ser realizadas análises específicas em laboratório oficial ou particular para verificação da qualidade do produto e as despesas correrão por conta da **CONTRATADA**.
- 2.8 Os materiais que serão entregues pela **DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS** deverão ser idênticos às especificações contidas no Edital e em sua proposta. Caso o material não corresponda às especificações exigidas, será rejeitado e poderá ser admitida uma substituição, no prazo **imediato** contados do recebimento da Nota de Empenho não se tenha esgotado e a Detentora da Ata de Registro de Preços possa fornecer, frise-se, dentro do restante do prazo. Nesta hipótese de substituição, caso seja realizada dentro do prazo de entrega inicial ainda não esgotado, não será aplicada a penalidade; se realizada após, findo aquele prazo, o produto poderá ser aceito, entretanto, será apurada a aplicação das multas cabíveis.
- 2.9 A cada entrega a **CONTRATADA** deverá entregar na respectiva Secretaria, juntamente com a Nota Fiscal os recibos de entregas assinado pelo gestor responsável da Secretaria, na data limite para a entrega dos materiais.
- 2.10 Eventuais atrasos na entrega dos produtos deverão ser justificados por escrito pela **CONTRATADA** cabendo à Administração avaliar as razões externadas pela empresa, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste Edital.
- 2.11 Deverão ser observadas todas as condições e exigências referidas no Anexo I do Edital.
- 2.12 Os produtos deverão estar em conformidade com a Lei nº. 8.078, de 11 de setembro de 1990, dispõe sobre o código que estabelece as normas de proteção e defesa do consumidor, de ordem pública e interesse



ESTADO DE SÃO PAULO _____

social, nos termos dos <u>art. 5°, inciso XXXII, 170, inciso V, da Constituição Federal</u> e <u>art. 48 de suas</u> Disposições Transitórias.

2.13 - A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Termo de Contrato, obedecido o disposto no § 1° do artigo 65 da Lei Federal 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS CONDIÇÕES DE SUBSTITUIÇÃO DOS PRODUTOS E OU SERVIÇOS

- 3.1 O objeto da presente licitação será recebido:
- 3.1.1 Provisoriamente **no prazo de 15 (quinze) dias corridos,** para efeito de posterior verificação de sua conformidade com a especificação;
- 3.1.2 Definitivamente no prazo de 30 (trinta) dias corridos, após a verificação da qualidade do mesmo, em consonância com as especificações técnicas e proposta da empresa licitante vencedora, consequente aceitação.
- 3.2 Será rejeitado no recebimento, o produto fornecido com especificações diferentes da constante no ANEXO I e da marca/procedência informada na PROPOSTA, devendo a sua substituição ocorrer na forma e prazo definidos no item 2.8 da Cláusula Segunda deste Termo de Contrato.
- 3.3 Constatadas irregularidades no objeto contratual, o Contratante poderá:
- a) se disser respeito à especificação, rejeição por quaisquer dos motivos elencados na cláusula anterior, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
- a.1) na hipótese de substituição, a **CONTRATADA** deverá fazê-la em conformidade com a indicação da respectiva Secretaria, no **prazo imediato**, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado;
- b) se disser respeito à diferença de quantidade, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
- b.1) na hipótese de complementação, a CONTRATADA deverá fazê-la em conformidade com a indicação do Contratante, no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.

CLÁUSULA OUARTA - DO VALOR DO TERMO DE CONTRATO

4.1 - Importa o presente contrato no valor global estimado de R\$ (......), decorrente do seguinte preço unitário R\$......... (............), expressos em moeda corrente, para o produto CIF-ITAPETININGA/SP, válidos para a data de encerramento da licitação.



ESTADO DE SÃO PAULO

CLÁUSULA QUINTA - DOS PAGAMENTOS E REAJUSTES

- 5.1 O pagamento será realizado no prazo de até **15 dias (quinze) dias corridos**, contados da data de entrega efetiva dos produtos, mediante a apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica (vide 5.1.1) acompanhada dos respectivos RECIBOS DE ENTREGA e dos comprovantes de regularidade perante o INSS, FGTS e Certidão de regularidade com a JUSTIÇA DO TRABALHO.
- 5.1.1- A nota fiscal eletrônica, na prestação de serviços, fica condicionado a legislação local do emitente e referente a venda é obrigatório a emissão da nota fiscal eletrônica.
- 5.2 A Prefeitura não efetuará pagamento através de cobrança bancária; os pagamentos serão efetuados nas modalidades "ordem de pagamento bancário", "correios" ou "duplicata em carteira".
- 5.3 Em eventuais atrasos no pagamento, quando por culpa exclusiva da Prefeitura, o valor devido será atualizado, da data do vencimento à do efetivo pagamento, pela variação percentual do IPCA Esp. IBGE Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, ou outro índice que venha substituí-lo.
- 5.4 Por se tratar de fornecimento parcelado e para atendimento de exigências legais, a **CONTRATADA**, se obriga, a cada recebimento de valor, fornecer ao Departamento de Orçamento e Finanças da Prefeitura Municipal de Itapetininga (SP), original ou cópia autenticada por cartório competente, das provas de regularidade com a Seguridade Social (INSS) e com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço FGTS, e Justiça do Trabalho, atualizadas;
- 5.4.1 a ausência desses documentos, atualizados, implicará na suspensão dos pagamentos decorrentes do fornecimento, até que seja restaurada a situação de normalidade existente na data de encerramento do certame.
- 5.4.2 na ocorrência do bloqueio, e consequente atraso no(s) pagamento(s), não haverá quaisquer atualizações do valor devido, e no caso de bloqueio no fornecimento incorrerá a **CONTRATADA** nas sanções cabíveis.
- 5.5 Não haverá reajuste em período inferior a 12 (doze) meses.
- 5.6 Para fins de pagamento a contratada deverá observar as disposições do art. 430 do Código Tributário Municipal.

CLÁUSULA SEXTA - DA MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO

6.1 - A manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do Termo de Contrato poderá ser solicitada pelas partes, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, ficando a cargo da interessada a apresentação de todo tipo de prova da ocorrência, sem o que o pedido não será aceito.



ESTADO DE SÃO PAULO

6.2 - Caso o pagamento da parcela não seja efetuado no vencimento pela falta do documento que deveria ter sido fornecido pela **CONTRATADA**, e isso motivar o bloqueio de entrega de produto, esta incorrerá nas penalidades previstas na Cláusula Décima, e não será paga a atualização de valor a que se refere o item 5.3 da Cláusula Quinta, ambas deste Termo de Contrato.

6.3 - Para que os preços estejam sempre atualizados, e visando todo processamento necessário, a futura CONTRATADA se obriga em fornecer, <u>a cada ocorrência de majoração ou redução</u>, cópia do documento correspondente a ser utilizado no realinhamento dos preços. Portanto, **é de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA**, o fornecimento dos documentos comprobatórios dessas ocorrências.

- 6.3.1 Os preços atualizados somente poderão ser praticados após a efetiva assinatura do termo aditivo e modificativo pelas partes.
- 6.3.2 Os produtos deverão ser entregues pelo preço efetivamente pactuado. No caso de a **CONTRATADA** solicitar o equilíbrio econômico-financeiro do Termo de Contrato sobre parcelas já entregues, o mesmo não será concedido, sendo que o termo aditivo somente terá efeitos a partir da constatação do desequilíbrio.
- 6.3.3 O bloqueio no fornecimento por esta razão sujeitará a **CONTRATADA** às sanções contratuais e editalícias.
- 6.4 A obrigatoriedade da futura **CONTRATADA** em fornecer documentos que permitirão variação dos preços contratados vigerá para todo o período do Termo de Contrato, mesmo para períodos que possam não haver fornecimento dos produtos e serviços.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO CONTRATUAL

- 7.1. O prazo de vigência do Termo de Contrato será **de** __ (____) **meses**, contados a partir da data da sua assinatura.
- 7.1.1 O prazo indicado no item 7.1 poderá ser prorrogado de acordo com as condições estabelecidas no Art. 57 da Lei Federal n.º 8.666/93 e posteriores alterações.

CLÁUSULA OITAVA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1 - As despesas decorrentes do presente Termo de Contrato correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias vigentes no orçamento da **CONTRATANTE** para o exercício de 2014 e as correspondentes para os exercícios futuros, em caso de prorrogação do Termo de Contrato, as despesas decorrentes para o próximo exercício correrão por conta da dotação orçamentária, prevista na lei de orçamento, bem como no que for necessário para suportar este Termo de Contrato, advindo do orçamento do exercício de 2015, e no que couber art.º 7º § 2º item III ou conforme previsto artigo 65 § 8º da lei 8.666/93 e posteriores alterações.

Nota reserva nº.: de //2014



ESTADO DE SÃO PAULO

Dotação nº.: XX,
Órgão:,
Unidade Orçamentária:,
Unidade de Despesa:,
Natureza da Despesa:,
Programa de Trabalho:,
Fonte: 01 – Tesouro
8.2 - O valor global referido na cláusula quarta deste instrumento, onerou a dotação acima através da Nota de
Empenho n.º

CLÁUSULA NONA - DAS RESPONSABILIDADES

- 9.1 São responsabilidades da **CONTRATADA**:
- 9.1.1 o cumprimento dos prazos de entrega, nas datas, condições e locais definidos, nas quantidades, acrescidas se necessário;
- 9.1.2 durante toda vigência contratual, ser a responsável pela qualidade dos produtos e serviços entregues;
 - 9.1.3 o fiel cumprimento de todas as clausulas e condições estabelecidas no presente termo.
 - 9.1.4 manter as condições de habilitação.
- 9.1.5 A contratada é responsável pelos encargos trabalhistas previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.
- 9.1.6 Os serviços deverão ser conduzidos em estrita observância com as normas da Legislação Federal, Estadual e Municipal, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos.
- 9.2 São responsabilidades da CONTRATANTE:
 - 9.2.1 manter o equilíbrio econômico-financeiro do Termo de Contrato, quando requerido;
 - 9.2.2 pagar à **CONTRATADA** os valores devidos, nas datas avençadas;
 - 9.2.3 o fiel cumprimento de todas as clausulas e condições estabelecidas no presente termo.
- 9.2.4 Fica designada a servidora **ALINE RODRIGUES DE ARRUDA** para a Secretaria de Educação, quando para acompanhar e fiscalizar o presente contrato, nos termos do art. 67 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS SANÇÕES POR INADIMPLEMENTO

- 10.1 Pela inexecução total ou parcial do Termo de Contrato a Prefeitura poderá, garantida a defesa prévia, aplicar à **CONTRATADA** as seguintes sanções:
 - 10.1.1 advertência;



ESTADO DE SÃO PAULO

- 10.1.2 multa indenizatória pecuniária de até 20% (vinte por cento) sobre o valor da obrigação não cumprida;
- 10.1.3 suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos.
- 10.1.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Publica enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a **CONTRATADA** ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem 10.1.3 desta Cláusula .
- 10.1.5 as sanções previstas acima poderão ser aplicadas cumulativamente, facultada a defesa previa do interessado, no respectivo processo, nos seguintes prazos:
- 10.1.5.1 das sanções estabelecidas no item 10.1, subitens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da intimação da **CONTRATADA**;
- 10.1.5.2 da sanção estabelecida no item 10.1, subitem 10.1.4, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo ser requerida a reabilitação 02 (dois) anos após a aplicação da pena;
- 10.2 O atraso injustificado da entrega da compra, sem prejuízo do disposto no parágrafo primeiro do artigo 86 da Lei n.º 8.666/93, sujeitará a **CONTRATADA** à multa de mora, calculada na proporção de 1,00% (um por cento) ao dia, sobre o valor da obrigação não cumprida, limitado ao percentual da cláusula 10.1.2.
- 10.3 Tudo o que for fornecido incorretamente e, portanto não aceito, deverá ser substituído por outro, na especificação correta, no prazo previsto no item 3.3 deste Termo de Contrato;
- 10.3.1 a não ocorrência de substituição no prazo definido, ensejará a aplicação das sanções definidas nesta cláusula.
- 10.4 As sanções previstas nos itens 10.1, 10.2, 10.3 e subitens poderão ser aplicadas cumulativamente de acordo com circunstancias do caso concreto.
- 10.5 O valor da multa será automaticamente descontado de pagamento a que a **CONTRATADA** tenha direito, originário de fornecimento anterior ou futuro;
- 10.5.1 Não havendo possibilidade dessa forma de compensação, o valor da multa, atualizado, deverá ser pago pelo inadimplente mediante emissão de boleto bancário pela Secretaria de Administração e Finanças, na condição "à vista". Na ocorrência do não pagamento, o valor será cobrado judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

11.1 - O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido pela Prefeitura Municipal de Itapetininga/SP:



ESTADO DE SÃO PAULO

- 11.1.1 Unilateralmente, sem prévio aviso, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, sem que assista à **CONTRATADA** qualquer direito à reclamação ou à indenização, nos casos de imperícia e/ou negligência e naqueles previstos nos incisos I a XII do artigo 78 da Lei n.º 8.666/93;
 - 11.1.2. Amigavelmente, conforme previsto no inciso II do artigo 79 da Lei n.º 8.666/93.
- 11.2 A **CONTRATADA** reconhece os direitos da administração, em caso da rescisão administrativa prevista no art.º 77 da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA VINCULAÇÃO

12.1 - Vinculam-se ao presente Termo de Contrato, independentemente de suas transcrições parciais ou totais, o Edital de licitação respectivo e a proposta vencedora da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS CASOS OMISSOS

13.1 - Aplicar-se-á a Lei Federal nº 10520/02 e a Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações, para o esclarecimento dos casos por ventura omissos neste Termo de Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

14.1 - Será competente o Foro da Comarca de Itapetininga, Estado de São Paulo, para dirimir dúvidas oriundas deste Termo de Contrato, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado seja.

E, por estarem ambas as partes de pleno acordo com as disposições estabelecidas neste Termo de Contrato, aceitam a cumprirem fielmente as normas legais e regulamentares, assinando o presente em 03 (três) vias de igual efeito e teor, na presença de duas testemunhas, abaixo indicadas:

Itapetininga,..... de de 2014.

LUIS ANTONIO DI FIORI FIORES COSTA PREFEITO MUNICIPAL DE ITAPETININGA

GERALDO MIGUEL DE MACEDO SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO

CONTRATADA

Testemunhas:	
1	2
Nome:	Nome:
RG:	RG:

Pregão Presencial Nº209/2014- página 51

_____ ESTADO DE SÃO PAULO _____

ANEXO XI MINUTA DO TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

MUNICÍPIO de ITAPETININGA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPETININGA NOME DA EMPRESA:

Ata nº:/2014
ОВЈЕТО:
Advogado(s): Procuradores Municipais
Na qualidade de Contratante e Contratada, respectivamente, do Termo acima identificado, e, cientes do seu encaminhamento ao TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO , para fins de instrução e julgamento, damonos por CIENTES e NOTIFICADOS para acompanhar todos os atos da tramitação processual, até interesses todos estados en contratados en co
julgamento final e sua publicação e, se for o caso e de nosso interesse, para, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito da defesa, interpor recursos e o mais que couber.
Outrossim, declaramos estar cientes, doravante, de que todos os despachos e decisões que vierem a ser
tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, de conformidade com o artigo 90 da Lei
Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais.
Itapetininga, de de 2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPETININGA ÓRGÃO GERENCIADOR

DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

TO STITUTE OF THE STATE OF THE

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPETININGA

ESTADO DE SÃO PAULO _____

CONTRATOS OU ATOS JURÍDICOS ANÁLOGOS

CADASTRO DO RESPONSÁVEL
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPETININGA
CONTRATADA:
Ata nº:/2014
ОВЈЕТО:
CADASTRO DO RESPONSÁVEL QUE ASSINOU O CONTRATO
Nome:LUIS ANTONIO DI FIORI FIORES COSTA
Cargo: Prefeito Municipal
RG n°:
Endereço: Rua
Telefone: (015) 3376-9600
e-mail:
Responsável pelo atendimento a requisição de documentos do TCESP
Nome:
Cargo: Secretário Municipal
Endereço Comercial do Órgão/Setor: Praça dos Três Poderes nº 1.000 – Jardim Marabá -Itapetininga/SP
Telefone e Fax: (0xx15) 33769600
e-mail:
Itapetininga, de de 2014
PREFEITO MUNICIPAL

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO